



Relatório de Administração 2019

B3:MILS3



As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).



1. Mensagem do Presidente	03
2. Descrição Geral do Negócio	04
3. Combinação de Negócios entre Mills e Solaris	04
4. Nova Estrutura Organizacional	05
5. Desempenho Operacional e Financeiro Consolidado	06
6. Rental	
6.1 Receita Líquida Consolidada	07
6.2 Taxa de Utilização (Física)	07
6.3 Custos e Despesas Consolidados	08
6.4 EBITDA e margem EBITDA	08
7. Construção	
7.1 Receita Líquida	09
7.2 Taxa de Utilização (Física)	09
7.3 Custos e Despesas	10
7.4 EBITDA e margem EBITDA	10
8. Desempenho Operacional e Financeiro	
8.1 Itens Não-recorrentes	11
8.2 EBITDA e margem EBITDA	12
8.3 Resultado Financeiro	13
8.4 Resultado Líquido	13
8.5 Endividamento	13
8.6 Fluxo de Caixa Ajustado	14
8.7 Investimentos	14
9. Valores Combinados	
9.1 Desempenho Financeiro	15
9.2 Sinergia	15
10. Comportamento das Ações (B3: MILS3)	16
11. Governança Corporativa	17
12. Gestão de Pessoas	18
13. Relacionamento com Auditores Independentes	19

1. Mensagem do Presidente

É com grande satisfação que apresentamos os resultados do quarto trimestre de 2019 (4T19) e do ano da Mills. Para melhor entendimento deste relatório, quando mencionamos informações “combinadas” fazemos referência à soma dos resultados de Mills e Solaris para o período especificado. Quando não mencionado ou quando utilizado o termo “consolidado”, refere-se aos efeitos da Solaris na Mills somente a partir de maio de 2019, quando a combinação de negócios foi realizada.

O ano de 2019 foi repleto de conquistas e transformações para a Companhia, principalmente pela incorporação da Solaris pela Mills em maio, consolidando a nossa liderança na locação de plataformas aéreas, formas e escoramentos no Brasil. Avançamos na criação de valor da nova Companhia através de iniciativas como: (i) maior foco e consolidação no mercado de locação, que ainda é um mercado com baixa penetração; (ii) empenho das equipes na integração para capturar as sinergias e (iii) fortalecimento da Companhia através da construção de uma nova cultura organizacional, aproveitando as melhores práticas das duas empresas.

Desde o closing da operação até o final de 2019, unificamos 11 das 17 filiais planejadas para serem unificadas até o final de 2020, integramos 100% dos times e processos comerciais, a nossa área de Gente e Gestão, SSMA e outras, encontrando-se em andamento a adequação de processos, infraestrutura, sistemas e a construção de uma nova cultura organizacional, em linha com o cronograma estabelecido.

Mesmo com indicadores positivos e a atividade econômica no Brasil apresentando uma melhora em 2019, ela ainda é gradual e lenta. Ainda assim, na unidade de negócio Rental atingimos no acumulado do ano um EBITDA Ajustado combinado de R\$147,2 milhões, 37% maior do que o registrado em 2018. Nesse ano, avançamos na estratégia comercial de recuperação de preços e na maior cobertura de mercado.

Na unidade de negócio Construção, o objetivo principal continua sendo o breakeven de Ebitda proxy caixa em suas atividades recorrentes, que se tornou inviável em 2019 devido à retomada da atividade no setor de infraestrutura ter sido menor do que a esperado. Em 2020, temos uma previsão de recuperação, mas a escala será gradativa durante o ano. O PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) do Governo Federal já anunciou nove novos projetos de rodovias (dos quais cinco incluem re-leilões) e três privatizações de grupos aeroportuários. Existe potencial de destravar empreendimentos paralisados no País que envolvem recursos na ordem de R\$ 144 bilhões.

Dentre os principais desafios de 2020, podemos destacar: (i) a conclusão da integração de filiais e captura de sinergias; (ii) o início da readequação da frota da unidade Rental; (iii) desenvolvimento de pessoas e de nova cultura organizacional; (iv) retomada dos investimentos em tecnologia e inovação e (v) a elaboração de novo Planejamento Estratégico da Companhia.

Agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento, bem como o apoio dos nossos clientes, fornecedores, acionistas, conselheiros e demais públicos e parceiros.

Sergio Kariya

Presidente da Mills

2. Descrição Geral do Negócio

Temos mais de 66 anos de história e somos a empresa pioneira em soluções para trabalhos em altura, sendo a maior empresa de locação de plataformas áreas da América Latina e a maior empresa de soluções de engenharia atuando em construções de alta complexidade no Brasil.

Em 2017, fomos reconhecidos internacionalmente pelo nosso compromisso em oferecer a melhor qualidade em treinamentos para operadores de plataformas aéreas no Brasil.

Estamos presentes em todo o território nacional, proporcionando uma relação mais próxima do cliente e rapidez no atendimento para prover a solução mais adequada para cada tipo de desafio. A qualidade diferenciada da formação do nosso time, aliado à experiência diversificada e parcerias internacionais com empresas líderes de mercado, nos permite entregar soluções customizadas e com a mais avançada tecnologia.

Na unidade de negócio Rental, possuímos uma grande variedade de equipamentos tais como plataformas aéreas, manipuladores telescópicos, geradores, compressores de ar e torres de iluminação. Atuamos no comércio, locação e distribuição dos equipamentos, bem como de suas peças e componentes, e na assistência técnica para diversos segmentos do mercado, como indústria, construção, serviços e entretenimento, sempre maximizando benefícios e reduzindo riscos.

Já a nossa unidade de negócio Construção atua basicamente na locação e vendas de formas e escoramentos para construção civil, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.

Nós desfrutamos de forte reputação em função da prestação de serviços de maneira consistente, confiável e com qualidade, observando todas as normas técnicas de segurança. Mantemos nosso compromisso de sermos uma empresa completa, ágil e confiável.

3. Combinação de negócios entre Mills e Solaris

Em 10 de maio de 2019, foi concluída a combinação de negócios com a Solaris e foi celebrado o Acordo de Acionistas entre a Família Nacht, Southern Cross Group e Sullair Argentina.

A combinação de negócios consolida o protagonismo da Mills no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num *mix* de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 9 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil.

Na mesma data, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 ação ordinária de emissão da Solaris.

Com a otimização das operações, as melhores práticas de ambas as empresas e a absorção de sinergias, a Companhia terá melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade, gerando valor para seus acionistas.

4. Nova Estrutura Organizacional

Com a combinação de negócios, a estrutura organizacional foi adequada à nova Companhia, visando o foco no cliente e agilidade na prestação de serviços.

Nesse sentido, na unidade de negócios Rental, Daniel Brugioni continuou como Diretor Comercial & Marketing e Eduardo Lema, vindo da Solaris, como Diretor de Operações. Kleber Racy, também vindo da Solaris, assumiu a nova Diretoria de Gente, Gestão e SSMA.

A Diretoria de Construção, a Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores e a Presidência da Companhia permaneceram inalteradas.



Conforme comunicado ao mercado em 6 de fevereiro de 2020, a Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores sofrerá alterações em breve. James Guerreiro anunciou sua saída por motivos pessoais e continuará no exercício de suas funções até a escolha e eleição de seu sucessor, bem como apoiará a Companhia no sentido de garantir uma transição adequada, sem que haja qualquer descontinuidade dos trabalhos em andamento.

5. Desempenho Operacional e Financeiro Consolidado

R\$ milhões	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita líquida de vendas e serviços	304,2	439,5	44,5%	135,3
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(272,0)	(282,5)	3,9%	(10,5)
Lucro bruto	32,2	157,0	387,7%	124,8
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(161,1)	(188,5)	17,0%	(27,3)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2,3)	(11,5)	404,6%	(9,2)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável e valor justo	(2,0)	(0,8)	-60,8%	1,2
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6,8	0,8	-89,0%	(6,1)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(126,4)	(43,0)	66,0%	83,4
Resultado financeiro	(12,8)	(14,1)	9,6%	(1,2)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(139,2)	(57,1)	59,0%	82,2
Imposto de renda e contribuição social	44,3	12,1	-72,8%	(32,2)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(95,0)	(45,0)	52,6%	50,0
EBITDA CVM	0,3	119,3	43769,7%	119,0
Margem EBITDA CVM(%)	0,1%	27,1%		
EBITDA Ajustado¹	43,8	110,2	151,7%	66,4
Margem EBITDA Ajustado(%)	16,0%	26,3%		
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado²	63,3	100,1	58,1%	36,8
Fluxo de Caixa Livre para a Firma Ajustado²	59,8	88,6	48,0%	28,7
Saldo final de caixa (incluindo contas vinculadas)	149,4	124,9	-16,4%	(24,5)
Dívida bruta	181,2	91,6	-49,5%	(89,6)
Capex Bruto (regime de competência)	(4,5)	(11,5)	153,5%	(7,0)

*Em razão da aquisição do controle acionário da Solaris (controlada) a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora (Mills) e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

IFRS 16

A partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Com ela, os direitos de uso (como contratos de aluguéis de imóveis e veículos, por exemplo) passaram a ser reconhecidos no ativo e os arrendamentos passaram a ser reconhecidos no passivo, tal qual os leasings financeiros.

Com a adoção do IFRS 16, então, a Companhia deixa de reconhecer os aluguéis de imóveis e veículos como custos e despesas no resultado do exercício e ainda passa a reconhecer: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Visando simplificar a análise comparativa com os períodos anteriores, apresentamos neste relatório alguns quadros que desconsideram o efeito do IFRS 16, sempre que indicado.

¹Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes (despesas de reestruturação da unidade Construção, passivos da unidade de negócio Serviços Industriais e despesas relacionadas ao projeto de combinação de negócios com a Solaris)

²Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideram-se os juros referente a debêntures e Finame, investimento em locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa). Para o fluxo de caixa livre para a firma ajustado desconsideram-se os juros referente a debêntures e Finame e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa).

6. Rental

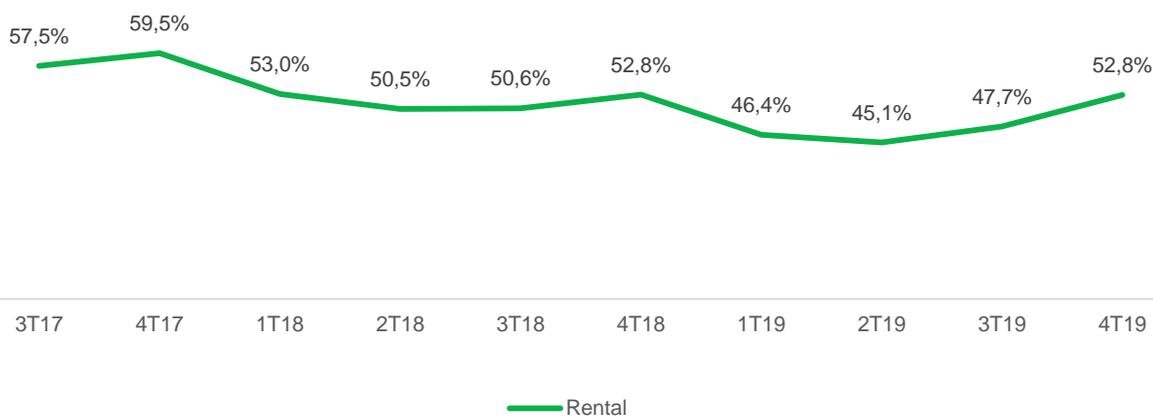
6.1 Receita Líquida Consolidada

A receita líquida da unidade de negócio Rental atingiu R\$ 357,5 milhões em 2019, aumento de 75,6% em relação ao ano anterior, como consequência da combinação de negócios com a Solaris em maio de 2019, da estratégia comercial de diversificação de clientes, aumento gradual de preço e evolução da estratégia *Go-to-Market*.

Receita líquida por tipo	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida Total	203,6	357,5	75,6%	153,9
Locação	177,3	316,6	78,6%	139,3
Vendas Novos	8,0	18,5	130,5%	10,5
Vendas Seminovos	11,1	8,6	-22,6%	(2,5)
Assistência técnica	1,9	3,9	103,2%	2,0
Indenização e Recuperação de Despesas	5,3	9,9	87,8%	4,6

6.2 Taxa de Utilização (Física)

Evolução da Taxa Trimestral de Utilização Física



6.3 Custos e Despesas Consolidados

Os custos da unidade de negócio Rental, excluindo depreciação, tiveram um aumento de 48,6% em relação ao ano anterior, decorrente da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$2,5 milhões.

As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e PCE, somaram R\$110,8 milhões, um aumento de 62,5% em relação ao ano anterior. Desse montante, R\$37,7 milhões são de pessoal (equipe administrativa e comercial). Os itens não recorrentes são tratados mais adiante. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$9,3 milhões.

Em 2019, a PCE da Rental somou R\$6,6 milhões, 1,8% da receita líquida dessa unidade de negócio.

Em R\$ milhões	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
CPV total, ex-depreciação	76,4	113,5	48,6%	37,1
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	62,3	99,3	59,5%	37,1
Custo das vendas de equipamentos novos	6,5	13,7	111,9%	7,2
Custo das vendas de equipamentos seminovos	9,0	0,4	-96,0%	(8,6)
Baixa de Ativos	-1,4	0,1	-108,0%	1,5
Custo de Venda de Sucata	0,0	0,0	-25,5%	(0,0)
SG&A, ex-depreciação e PCE	68,2	110,8	62,6%	42,7
Comercial, Operacional e Administrativo	37,3	63,1	69,1%	25,8
Serviços Gerais	17,4	18,1	3,9%	0,7
Outras despesas	13,5	29,7	120,1%	16,2
PCE	-0,9	6,6	-826,6%	7,5
CPV + SG&A Total	143,7	230,9	60,7%	87,3

6.4 EBITDA e margem EBITDA

Em R\$ milhões	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida	203,6	357,5	75,6%	153,9
EBITDA CVM	60,0	126,6	111,2%	66,7
Margem EBITDA CVM (%)	29,4%	35,4%		
EBITDA Ajustado*	66,4	128,8	94,0%	62,4
Margem EBITDA ajustado* (%)	32,6%	36,0%		
EBIT	-8,5	17,4	304,9%	25,9
Margem EBIT (%)	-4,2%	4,9%		

*Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes e despesas relacionadas ao projeto de combinação de negócios com a Solaris

7. Construção

7.1 Receita Líquida

A receita líquida da unidade de negócio Construção atingiu R\$81,9 milhões em 2019, uma queda de 18,5% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à baixa atividade econômica no setor de construção civil e à menor receita de vendas de seminovos e sucata, reflexo da evolução do plano de redimensionamento dessa unidade durante o ano.

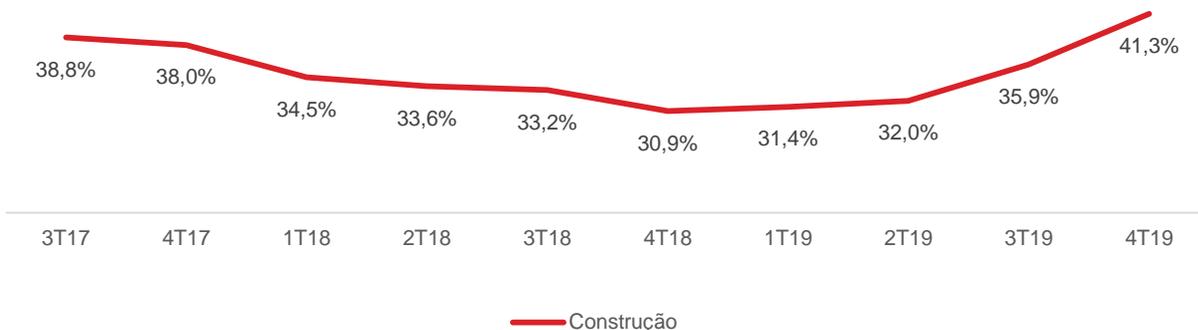
A Companhia vem reduzindo a sua capacidade de equipamentos como consequência da postergação da recuperação do setor de infraestrutura, da baixa taxa de utilização e da necessidade de abertura de espaço físico nas filiais para absorver os equipamentos de Rental que estão vindo da Solaris. Mesmo com essa adequação, a qual deverá resultar em uma capacidade em torno de 50 mil toneladas de equipamentos, a Companhia ainda terá condições de atender o pipeline de obras esperado para os próximos anos.

O objetivo principal atual desta unidade de negócio continua sendo a busca pelo *breakeven de Ebitda proxy* caixa em suas atividades recorrentes

Receita Líquida por tipo	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida Total	100,6	81,9	-18,5%	(18,6)
Locação	59,1	48,9	-17,2%	(10,1)
Vendas Novos	0,6	0,5	-14,2%	(0,1)
Vendas Seminovos	15,5	8,0	-48,5%	(7,5)
Assistência técnica	3,4	2,6	-24,6%	(0,8)
Indenização e Recuperação de Despesas	7,1	9,9	40,6%	2,9
Venda de Sucata	14,9	12,0	-19,4%	(2,9)

Evolução da Taxa Trimestral de Utilização Física

7.2 Taxa de Utilização (Física)



7. Construção

7.3 Custos e Despesas

Os custos da unidade de negócio Construção, excluindo depreciação, tiveram em 2019 uma redução de 49,5% em relação ao ano anterior, reflexo das menores vendas de seminovos e sucata. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$0,4 milhão.

Já as despesas gerais e administrativas, excluindo a Provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE), totalizaram R\$41,6 milhões, uma redução de 39,4% em relação ao ano anterior. Os itens não recorrentes são tratados mais adiante. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$5,8 milhões.

Em 2019, a PCE somou R\$4,9 milhões, 6,0% da receita líquida dessa unidade de negócio.

Em R\$ milhões	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
CPV total, ex-depreciação	82,3	41,5	-49,5%	(40,7)
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	34,7	29,5	-14,9%	(5,2)
Custo das vendas de equipamentos novos	0,9	0,4	-57,5%	(0,5)
Custo das vendas de equipamentos seminovos	10,4	2,7	-73,7%	(7,7)
Baixa de Ativos	4,9	3,0	-39,7%	(2,0)
Custo de Venda de Sucata	31,2	5,9	-81,2%	(25,4)
SG&A, ex-depreciação e PCE	68,7	41,6	-39,4%	(27,1)
Comercial, Operacional e Administrativo	30,0	23,5	-21,9%	(6,6)
Serviços Gerais	13,8	5,7	-58,3%	(8,0)
Outras despesas	24,9	12,4	-50,2%	(12,5)
PCE	3,2	4,9	54,8%	1,7
CPV + SG&A Total	154,2	88,1	-42,9%	(66,1)

7.4 EBITDA e margem EBITDA

Em R\$ milhões	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida	100,6	81,9	-18,5%	(18,6)
EBITDA CVM	-53,6	-6,1	88,6%	47,5
Margem EBITDA CVM (%)	-53,3%	-7,5%		
EBITDA Ajustado*	-22,6	-18,6	17,7%	4,0
Margem EBITDA ajustado* (%)	-32,2%	-28,1%		
EBIT	-111,8	-59,2	47,1%	52,6
Margem EBIT (%)	-111,2%	-72,2%		

8. Desempenho Operacional e Financeiro

8.1 Itens Não-recorrentes

Em 2019, registramos R\$8,9 milhões de custos e despesas relacionados a itens não recorrentes, sendo 79,6% inferior ao ano anterior, compostos principalmente por gastos relacionados à captura de sinergias com a Solaris e demais despesas da incorporação, como segue:

Itens não recorrentes - em R\$ milhões	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)
Total itens não recorrentes	-43,5	-8,9	79,6%
Despesas redimensionamento	-32,1	6,3	119,7%
Desmobilização filiais	-20,9	-5,0	75,9%
Receita venda de seminovos	15,5	8,0	-48,5%
Custo venda de seminovos	-10,4	-2,7	73,7%
Receita venda de sucata	14,9	12,0	-19,4%
Custo venda de sucata	-31,2	-5,9	81,2%
Combinação de negócios Mills e Solaris	-5,3	-14,0	-163,4%
Despesas para capturar sinergias			
Outras despesas incorporação			
Outras despesas não recorrentes	-6,1	-1,2	80,0%
Despesas Mills SI	-6,1	-1,2	80,0%

8.2 EBITDA e Margem EBITDA

	2018	2019	(B)/(A)	(B)-(A)
EBITDA CVM	0,3	119,3	43769,7%	119,0
Redimensionamento Construção	-32,1	6,3	119,7%	38,5
Despesas da unidade de negócio SI	-6,1	(1,2)	80,0%	4,9
Combinação de negócios Mills e Solaris	-5,3	(14,0)	-163,4%	(8,7)
IFRS16	0,0	18,0		18,0
EBITDA ex-não recorrentes	43,8	110,2	151,6%	66,4

Como visto acima, o EBITDA CVM foi positivo em R\$119,3 milhões no ano de 2019, refletindo uma importante evolução em relação ao ano anterior.

8. Desempenho Operacional e Financeiro

(continuação)

8.2 EBITDA e Margem EBITDA

	2018 (D)	2019 (E)	(B)/(A)
Lucro (Prejuízo) Líquido	-95,0	-45,0	52,6%
Imposto de renda e contribuição social	44,3	12,1	-72,8%
Lucro (Prejuízo) antes do IRCS	-139,2	-57,0	59,0%
Resultado Financeiro	-12,8	-14,0	9,5%
Depreciação	-126,7	-162,3	28,1%
EBITDA CVM¹	0,3	119,3	43769,7%
Impacto IFRS 16	0,0	-18,0	
EBITDA*	0,3	137,3	
Não recorrentes - Despesas Mills SI	-6,1	-1,2	-80,0%
Não recorrentes - Despesas de redimensionamento	-31,0	6,3	-120,4%
Não recorrentes - Combinação de negócios com a Solaris	-6,4	-14,0	116,9%
EBITDA ajustado	43,8	110,1	151,5%

* Desconsiderando o efeito do IFRS 16.

¹ Conforme instrução CVM 527

Reconciliação do EBITDA CVM com o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado

R\$ milhões

	2019
EBITDA CVM	119,3
Não Caixa	52,4
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3,2
Provisão para despesa com opções de ações	4,2
Benefícios pós-emprego	1,2
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	15,5
Provisão (reversão) para créditos com perdas esperadas	11,5
Provisão (reversão) por perdas estimadas por valor não recuperável	0,8
Provisão (reversão) para estoques de giro lento	5,1
Ajuste IFRS 9/CPC 48	0,0
Provisão para Participação no Resultado	9,2
Outras provisões	1,7
EBITDA CVM ex- provisões não caixa	171,7
Caixa	(85,8)
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	5,4
Contas a receber	(44,6)
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação	(6,1)
Estoques	(8,8)
Tributos a recuperar	1,1
IRPJ e CSLL a Compensar	(1,9)
Depósitos judiciais	5,1
Outros ativos	(0,8)
Fornecedores	6,0
Salários e encargos sociais	5,8
Tributos a pagar	(5,1)
Outros passivos	0,5
Participação nos resultados a pagar	(3,7)
Processos judiciais liquidados	(7,6)
Juros pagos	(31,0)
Fluxo de Caixa Operacional conforme as demonstrações financeiras	85,9
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	(5,4)
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação	6,1
Juros pagos	31,0
Arrendamento IFRS16	(17,4)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	100,1

8.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$14,0 milhões em 2019, contra um valor negativo de R\$12,8 milhões em 2018. A aplicação do IFRS16 a partir de 2019 implicou em um aumento de aproximadamente R\$4,5 milhões. Desconsiderando-se esse valor, o resultado financeiro seria negativo em R\$9,5 milhões, uma melhora de 25,6% em relação ao ano de 2018, como consequência da melhor liquidez da Companhia.

8.4 Resultado Líquido

Em 2019, o prejuízo líquido foi de R\$45,0 milhões (R\$95,0 milhões em 2018).

8.5 Endividamento

A dívida bruta da Mills encerrou o ano de 2019 em R\$ 91,6 milhões.

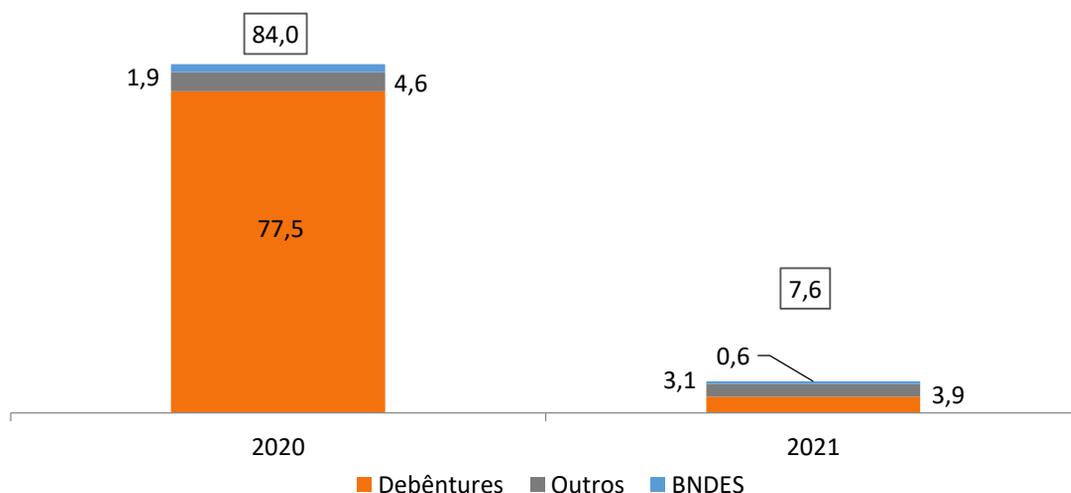
A Companhia permanece geradora de caixa operacional, encerrando o ano com R\$124,9 milhões em disponibilidades (livres) e, sendo assim, com caixa líquido de R\$33,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a Mills cumpriu novamente os covenants originais das debêntures, atrelados ao Ebitda Ajustado, com uma relação Dívida Líquida/Ebitda Ajustado de -0,3x e relação Ebitda Ajustado/Resultado Financeiro igual a 11,9x.

O prazo médio para o pagamento do seu endividamento total é de 0,8 ano, com custo médio de CDI + 5,83% a.a..

O gráfico a seguir apresenta o cronograma de pagamento da dívida.

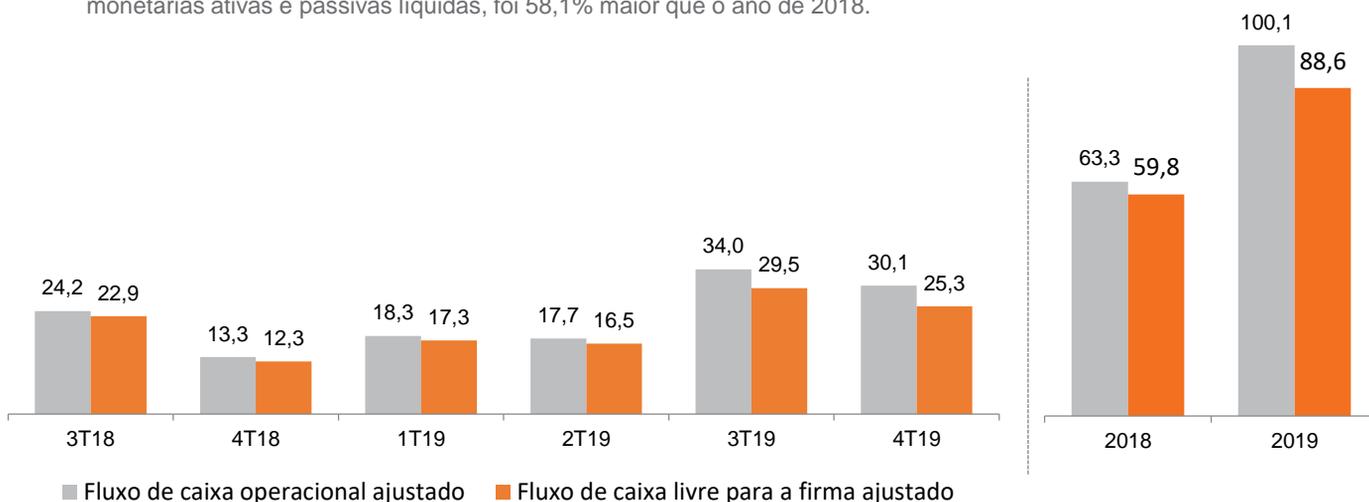
Cronograma de pagamento da dívida
R\$ milhões



8. Desempenho Operacional e Financeiro (continuação)

8.6 Fluxo de Caixa Ajustado¹

O fluxo de caixa operacional ajustado, antes de juros pagos, aquisição de bens de locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, foi 58,1% maior que o ano de 2018.



8.7 Investimentos

No ano de 2019, a Companhia investiu R\$11,5 milhões, sendo R\$5,4 milhões destinados principalmente para benfeitorias e adequações de filiais e R\$6,1 milhões para ativos de locação.

	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)
Capex Total	-3,5	-11,5	229,3%
Ativos para locação	-0,6	-6,1	946,9%
Construção	-0,4	-0,1	-66,7%
Rental	-0,2	-6,0	2666,5%
Corporativo e bens de uso	-2,9	-5,4	86,5%

¹Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideram-se os juros referentes a debêntures e Finame, investimento em locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas. Para o fluxo de caixa livre ajustado desconsideram-se os juros pagos e as variações monetárias ativas e passivas líquidas.

9.1 Desempenho Financeiro

Visando complementar as informações prestadas até aqui, e considerando a relevância para a Mills da combinação de negócios com a Solaris, demonstramos a seguir algumas informações combinadas das duas companhias:

Mills Solaris Combinado*	2018	2019	(B)/(A)
R\$ milhões	(A)	(B)	
Receita Líquida	474,9	498,2	4,9%
Locação	375,3	416,5	11,0%
Outras	69,1	61,7	-10,8%
Não Recorrentes	30,4	20,0	-34,3%
COGS (ex. depreciação e IFRS16)	-224,1	-177,8	-20,6%
Locação (pessoal, depósitos, etc.)	-151,4	-149,6	-1,2%
Outros	-31,0	-19,6	-36,9%
Não Recorrentes	-41,7	-8,6	-79,3%
SG&A (ex. depreciação, IFRS16 e PCE)	-213,7	-188,2	-11,9%
Comercial, Operacional e Administrativo	-111,4	-101,7	-8,7%
Serviços Gerais	-44,5	-41,4	-6,9%
Outras despesas	-17,0	-23,9	41,2%
Não Recorrentes	-40,8	-21,2	-48,1%
PCE	-4,6	-13,4	188,8%
Não Recorrentes	-52,1	-9,8	-81,1%
Depreciação	-166,1	-160,9	-3,2%
EBITDA Ajustado	84,6	128,6	52,0%
Margem EBITDA Ajustado %	19,0%	26,9%	
Lucro (Prejuízo Líquido)	-104,2	-44,5	57,3%
Saldo de Caixa	145,6	124,9	-14,2%

Receita Líquida: Comparando-se o ano de 2019 com 2018, houve aumento de 4,8% na receita líquida total devido à melhor receita de locação da Rental, que registrou um aumento de R\$ 40,5 milhões em função, principalmente, da estratégia Go To Market dessa unidade, através da diversificação da carteira de clientes, aumento gradativo dos preços das novas locações e pelas renegociações em 2019 de contratos de longo prazo.

Custos: Na comparação de 2019 com 2018, os custos foram menores em 20,6%, principalmente, devido à: (i) redução dos custos não recorrentes em R\$33,0 milhões (venda de seminovos e sucata de Construção); e (ii) redução dos custos de venda de seminovos da Rental em R\$12,3 milhões.

Despesas: Comparando-se 2019 com 2018, as despesas foram menores, principalmente: (i) pela redução dos gastos com o redimensionamento de Construção; e (ii) pela redução das despesas administrativas e de serviços gerais devido à captura de sinergias ao longo do ano de 2019.

9. Valores Combinados

9.1 Desempenho Financeiro (continuação)

Rental Combinada	2018 (A)	2019 (B)	(B)/(A)
Receita Líquida	374,3	416,4	11,2%
Locação	316,3	367,8	16,3%
Outras	58,1	48,7	-16,2%
COGS (ex. depreciação e IFRS16)	-141,8	-135,9	-4,2%
Locação (pessoal, depósitos, etc.)	-116,7	-119,7	2,6%
Outros	-25,1	-16,2	-35,5%
SG&A (ex. depreciação, IFRS16 e PCE)	-138,9	-139,9	0,7%
Comercial, Operacional e Administrativo	-81,4	-78,2	-3,9%
Serviços Gerais	-30,7	-29,9	-2,5%
Outras despesas	-11,8	-16,8	42,5%
Não Recorrentes	-15,0	-14,9	-0,3%
PCE	-1,5	-8,5	481,7%
Não Recorrentes	-15,0	-14,9	-0,3%
Depreciação	-107,9	-112,2	4,0%
EBITDA Ajustado	107,2	147,2	37,3%
Margem EBITDA Ajustado %	28,6%	35,3%	
Lucro (Prejuízo Líquido)	-19,4	6,5	133,6%

9.2 Sinergia

Sinergia	1T19	2T19	3T19	4T19	2019	Run rate anualizado
Pessoal	0,6	1,3	1,4	1,7	5,1	6,8
Peças	0,1	0,8	0,8	1,2	3,0	4,8
Filiais	-	-	0,2	0,9	1,1	3,6
Financeiro (Consultorias, viagens, seguro)	0,1	0,1	0,2	0,6	1,0	2,5
Total	0,8	2,2	2,7	4,4	10,2	17,8

Desde o 3T19, passamos a divulgar as sinergias capturadas com a combinação de negócios com a Solaris. Seguem as premissas utilizadas para calcular as sinergias líquidas:

Pessoal: Considera a massa salarial e os respectivos encargos/benefícios, incluindo redução de estrutura e vagas em aberto, assim como alguns méritos e promoções de profissionais que assumiram novas responsabilidades e/ou ampliaram seu escopo de atuação na Companhia.

Peças e Serviços: Considera a unificação da base de fornecedores e o impacto gerado por ter aplicado as melhores condições existentes em Solaris ou Mills para o volume combinado.

Filiais: Corresponde às economias geradas pela unificação física de filiais Mills e Solaris nas regiões onde existe sobreposição. Estão considerados o aluguel da filial, IPTU, serviço de segurança, limpeza e demais despesas da filial encerrada.

Financeiro: Contabiliza as economias geradas pela unificação das políticas de viagens, redução de custos por ganhos de escala com seguros e redução de redundância de consultorias entre as empresas.

9.3 Investimentos para capturar sinergias

CAPTURA DE SINERGIAS - COMBINADO	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
CAPEX	-	0,5	0,8	3,7	5,1
OPEX	0,1	4,2	2,7	1,9	8,8
Total	0,1	4,7	3,6	5,6	13,9

10. Comportamento das Ações (B3: MILS3)

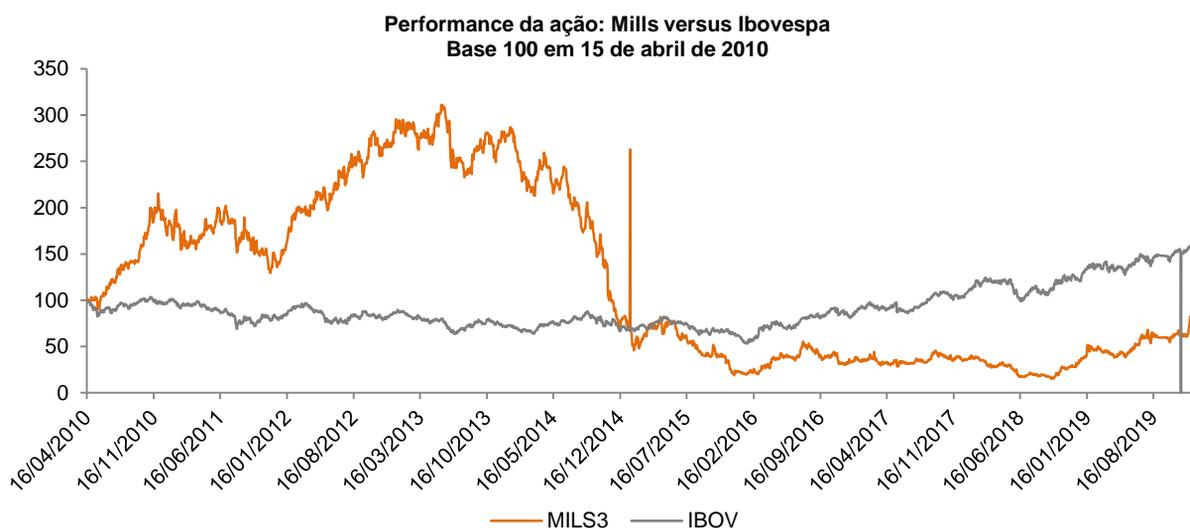
Em 31 de dezembro de 2019, o capital social votante e total da Mills era constituído de 251.866.230 ações ordinárias, sendo que os acionistas controladores detinham, em conjunto, 34,5% do capital social votante e total. Nesse mesmo período, a Companhia mantinha 2.278.422 ações em tesouraria. O *free float* era igual a 45,5%.

O preço de fechamento da ação da Mills na B3, em 31 de dezembro de 2019, foi igual a R\$10,45, com aumento de 244,2% em relação ao preço de fechamento do ano de 2018, enquanto o índice IBOVESPA teve uma variação positiva de 131,58% no mesmo período. No final de 2019, o valor de mercado (*market cap*) da Mills era igual a R\$ 2,6 bilhões.

Desde sua abertura do capital, em 15 de abril de 2010, até o final de 2019, a MILS3 apresenta desvalorização de 9,13%, versus uma valorização de 63,98% do Índice IBOVESPA.

O volume financeiro médio diário das ações da Mills negociadas em 2019 na B3 foi de R\$ 6,6 milhões, sendo 321,3% superior ao reportado no ano anterior.

Em função dos resultados apurados no exercício de 2019, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.



11. Governança Corporativa

A Companhia busca implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa para agregar valor aos acionistas e ao mercado em geral. Desde a abertura de capital, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, nível mais elevado de Governança da B3.

Em 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração era composto por oito membros, sendo quatro membros indicados pela Família Nacht, um membro indicado pela Sullair Argentina, um membro indicado pela Southern Cross Group e dois membros independentes, sendo um indicado pelos acionistas minoritários.

Alinhada às boas práticas de governança corporativa, a Mills possui dois comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Cabe aos comitês tornar a atuação do Conselho de Administração mais eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, auxiliando no desempenho de suas funções legais e estatutárias.

Tais comitês têm caráter não-permanente e podem ser livremente criados ou extintos pelo Conselho de Administração, sendo: (i) Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos: composto por três membros efetivos; e (ii) Comitê de Gente e Gestão: composto também por três membros efetivos.

A Companhia ainda possui um Conselho Fiscal instalado desde 2011, o qual é composto por três membros efetivos, sendo um indicado pelos acionistas minoritários.

A Diretoria da Mills é composta por seis membros, conforme demonstrado anteriormente, incluindo o Diretor Presidente.

Na busca constante pelo aprimoramento de iniciativas que visam assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais da Companhia, em Janeiro de 2020 foi criada a Gerência de Compliance, Riscos e Auditoria Interna. A Companhia possui, ainda, um canal de denúncia ativo, administrado por uma empresa especializada, e pode ser utilizado por todos os colaboradores para denunciar situações antiéticas e/ou ilegais, de maneira confidencial e anônima. Todos os relatos são apurados e direcionados de acordo com as políticas internas e a legislação vigente. Também temos disponível um canal de comunicação para o público externo no site da Companhia.

12. Gestão de Pessoas

As práticas de Recursos Humanos da Companhia são baseadas na meritocracia e reconhecimento de sua equipe. A Mills possui um Programa de Estágio com o objetivo de atrair, desenvolver e reter talentos que queiram crescer e adquirir expertise, contribuindo com o crescimento da Companhia. No final de 2019, 102 estagiários participavam do Programa, dos quais 68% eram estudantes de engenharia e de cursos técnicos. A Mills efetivou 18 estagiários em 2018 e 35 estagiários em 2019.

O turnover mensal foi de 2,05% em 2019, versus 3,57% em 2018. Como reflexo do processo de fusão entre as empresas Mills e Solaris no ano de 2019, tivemos alterações na estrutura organizacional da Companhia, onde o número de colaboradores ativos da Mills aumentou de 847 no final de 2018 para 1205 no final de 2019, ano em que a Companhia investiu R\$ 996 mil em treinamentos (totalizando 21.123 horas).

O Programa de Participação nos Resultados, assegurado a todos os colaboradores da Companhia, foi baseado em modelo usual de mercado, no qual múltiplos salariais de premiação individual são definidos no início do ciclo com base na estratégia de remuneração. Os múltiplos alvo são atrelados a indicadores e metas de desempenho. Além disso, são utilizados gatilhos e travas que asseguram que só ocorram pagamentos caso haja geração de recursos necessários. Em 2020, haverá distribuição referente ao resultado do ano de 2019.

Em 2016, foi aprovado um novo plano de opção de compra de ações discricionário destinado aos administradores e pessoas chave da Companhia, com o objetivo de incentivar nossos colaboradores a conduzir com êxito os negócios da Companhia e estimular a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas. O preço de exercício das opções é de R\$2,63, corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, podendo haver o exercício a partir de 2019 de 25% a cada 12 meses.

Adicionalmente, em 2018, a Companhia estruturou um Programa de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações restritas, destinado a todos os executivos e a alguns cargos chave. Esse programa tem como principal objetivo tornar o pacote de remuneração competitivo junto ao mercado, alinhar expectativas, motivar os colaboradores e alavancar o desempenho operacional do negócio. Cada programa terá inicialmente ciclos de três anos, atrelando metas de longo prazo a todos os elegíveis, onde essas metas estarão associadas a criação de valor para a empresa. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir, durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação. Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas.

13. Relacionamento com Auditores Independentes

Conforme Instrução CVM 381/2003, os serviços contratados em 25 de junho de 2019 junto a KPMG (concluídos em 31 de julho de 2019), que são nossos auditores independentes, referente ao exercício social de 2019, que não os de auditoria das demonstrações financeiras usualmente prestados por ela, apresentaram desembolsos com honorários no montante de R\$32 mil, equivalentes a 5,06% dos gastos com auditoria das demonstrações financeiras no mesmo período, e referem-se à revisão da escrituração contábil e fiscal da Companhia com a finalidade de suportar os próprios trabalhos da auditoria.

Cumpramos ressaltar que a contratação de auditores externos requer uma aprovação prévia do nosso Conselho de Administração e segue as regras estabelecidas pela legislação. Segundo a própria KPMG, a prestação de serviço acima descrita não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Mills.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações dos valores adicionados	19
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	20



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Valor recuperável do ativo imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Construção

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (ix), 2.2 (xi), 2.2 (xii), 3.1, 15 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia avaliou o valor recuperável da sua Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Construção, que inclui imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), utilizando o método de fluxo de caixa descontado para determinar o valor em uso da UGC, com base em projeções econômico-financeiras do setor de Construção.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e aos julgamentos para determinar o valor recuperável da UGC de Construção, tais como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos estimados, utilizados na determinação do valor em uso da referida UGC, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e das análises para determinar o valor recuperável da UGC de Construção, conforme disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da determinação da UGC pela Companhia, da avaliação do seu valor em uso preparada pela Companhia e da metodologia utilizada por ela para determinar o valor em uso da UGC.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos.

Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros. Comparamos o valor recuperável determinado pela Companhia com o valor contábil da UGC de Construção. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável do imobilizado e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) da UGC de Construção e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

2 - Mensuração do valor justo do investimento em ações da Rohr S.A. Estrutura Tubulares

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (iii.1, c), 3.1 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia classifica o investimento em ações da Rohr S.A. Estrutura Tubulares como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.</p> <p>Para o cálculo do valor justo desse investimento utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.</p> <p>Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar o valor justo desse investimento, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos estimados, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do fluxo de caixa descontado para determinação do valor justo desse investimento.</p> <p>Avaliamos a razoabilidade das projeções preparadas pela Companhia e da metodologia utilizada para mensuração do valor justo do investimento.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do fluxo de caixa descontado e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas.</p> <p>Comparamos se o valor justo do investimento apurado com base no método de fluxo de caixa descontado foi devidamente contabilizado em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo desse investimento, os quais foram registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor justo desse investimento e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.</p>

3 - Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (vi), 3.3 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia e sua controlada possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativos, relacionados a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia e sua controlada reconhecem tais impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerarão lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos.

Devido às incertezas inerentes às projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos e ao fato de a Companhia e sua controlada exercerem um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia e sua controlada, incluindo a avaliação de política de aprovação dos orçamentos e premissas utilizadas na determinação das projeções estabelecidas pela administração da Companhia e sua controlada..

Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável.

Adicionalmente, envolvemos os nossos especialistas em finanças corporativas, que nos auxiliaram na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia e sua controlada na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros, e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas tais como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos.

Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia e sua controlada em projetar resultados futuros.

Comparamos ainda o valor recuperável dos impostos diferidos ativos determinado pela Companhia com base no resultado esperado de lucro tributável futuro e o valor contábil do imposto diferido ativo da Companhia e sua controlada.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor recuperável dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

4 - Reconhecimento da receita de locação

Conforme mencionados nas Notas Explicativas nºs 2.2 (xxi), 3.8 e 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia e sua controlada possuem receitas referentes à prestação de serviços, venda de máquinas e equipamentos e locação de ativos, sendo a sua principal fonte de receita a locação de máquinas e equipamentos, classificados como arrendamentos operacionais. A receita de locação é reconhecida de acordo com o período de locação, considerando as condições contratuais e conforme a extensão do consumo do benefício de uso das máquinas e equipamentos de locação.

O reconhecimento da receita de locação envolve julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita, de acordo com o período de locação e considerando condições contratuais, na extensão do consumo do benefício de uso dos ativos de locação.

Por essa razão e pela relevância da receita de locação no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento da receita, avaliando o desenho e a implementação dos controles internos.

Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita de locação, avaliando sua existência por meio de análise da documentação suporte, como contratos, faturas, documentos de medição do consumo do benefício de uso dos ativos de locação e, quando aplicável, inspecionamos a liquidação financeira dos recebíveis reconhecidos decorrente da locação de ativos no exercício corrente.

Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita de locação referentes aos contratos realizadas próximas da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita). Nosso trabalho incluiu a análise da documentação suporte principalmente quanto à medição do consumo do benefício de uso dos ativos de locação.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes que afetam o reconhecimento e a divulgação da receita com locação de ativos os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita de locação e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

5 - Aquisição de controle da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A.

Conforme mencionados nas Notas Explicativas nºs 1.1, 14 e 27(a) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia adquiriu participação societária em 2019 que resultou no controle da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris Participações"). Esta transação foi contabilizada conforme o CPC 15 (IFRS 3).</p> <p>As estimativas associadas com a contabilização de uma combinação de negócio envolvem julgamentos relevantes na determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, e na apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) e das divulgadas relacionadas</p> <p>Estes procedimentos envolvem julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.</p> <p>Devido ao grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas e premissas para a determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e na apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) em uma combinação de negócios, e ao impacto que eventuais alterações nas estimativas e premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento do processo implementado pela Companhia para determinar os valores justos da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, e apurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) decorrente da combinação de negócios com a Solaris Participações.</p> <p>Efetuamos a leitura dos documentos que formalizaram a aquisição, tais como: contratos de compra e venda, atas e laudos de avaliação utilizados para determinação dos valores justos acima referidos.</p> <p>Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia utilizada para mensuração dos valores justos acima referidos e avaliamos as estimativas e premissas utilizadas e os cálculos efetuados, confrontando com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais estimativas e premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais estimativas e premissas sobre os valores justos apurados.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a alocação, mensuração e a divulgação do ágio por expectativa de rentabilidade futura e dos ativos identificáveis, os quais foram ajustados pela administração.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento, a mensuração e as divulgações relacionadas à combinação de negócios com a Solaris Participações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras

do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.656	60.635	124.910
Depósitos bancários vinculados	7	-	62.000	-
Contas a receber de terceiros	8	68.005	56.491	116.803
Contas a receber de partes relacionadas	21	1.451	-	-
Estoques	9	22.006	15.297	36.337
Estoques - outros ativos mantidos para venda	10	-	58	-
IRPJ e CSLL a recuperar	11	2.376	400	7.367
Tributos a recuperar	11	3.205	4.110	6.643
Adiantamento a fornecedores		797	169	3.670
Outros ativos		4.173	5.228	6.051
Ativos mantidos para venda	12	4.224	4.989	4.224
		<u>179.893</u>	<u>209.377</u>	<u>306.005</u>
Não circulante				
Depósitos bancários vinculados	4	-	26.810	-
IRPJ e CSLL diferidos	23	233.619	205.299	309.429
Depósitos judiciais	24.a	12.182	17.194	12.463
Outros ativos		38	80	81
		<u>245.839</u>	<u>249.383</u>	<u>321.973</u>
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de resultados abrangentes				
Investimentos	13	50.579	54.451	50.579
Imobilizado	14	406.529	-	-
Intangível	15	397.791	467.444	576.575
	16	32.181	33.993	120.763
		<u>887.080</u>	<u>555.888</u>	<u>747.917</u>
Total do ativo		<u>1.312.812</u>	<u>1.014.648</u>	<u>1.375.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Passivo				
Circulante				
Contas a pagar a terceiros	17	16.389	15.703	26.670
Contas a pagar a partes relacionadas	21	2.893	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	1.940	3.177	6.543
Debêntures	19	56.367	122.552	77.417
Arrendamentos a pagar	20	12.053	-	15.171
Salários e encargos sociais		21.244	12.730	27.908
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	26	1.434	1.391	1.434
Tributos a pagar	25	7.290	2.493	9.397
Provisão para participação nos resultados	22.b	5.986	8.000	8.840
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3	3	3
Outros passivos		263	311	849
		<u>125.862</u>	<u>166.360</u>	<u>174.232</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18	605	2.535	3.671
Debêntures	19	-	52.921	3.926
Arrendamento a pagar	20	41.123	-	43.484
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	19.569	25.142	23.648
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	26	5.122	6.358	5.122
Tributos a pagar	25	-	-	641
Provisão para benefícios pós-emprego	22	12.646	10.441	12.646
Outros passivos		512	582	1.152
		<u>79.577</u>	<u>97.979</u>	<u>94.290</u>
Total do passivo		<u>205.439</u>	<u>264.339</u>	<u>268.522</u>
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	27	1.089.379	688.319	1.089.379
Reservas de capital	27	37.909	33.714	37.909
Reservas de lucros	27	10.295	55.275	10.295
Ações em tesouraria	27	(20.287)	(20.287)	(20.287)
Ajuste de avaliação patrimonial	27	(9.923)	(6.712)	(9.923)
Total do patrimônio líquido		<u>1.107.373</u>	<u>750.309</u>	<u>1.107.373</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.312.812</u>	<u>1.014.648</u>	<u>1.375.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado *
	Nota	2019	2018	2019
Receita líquida de vendas e serviços	29	305.530	304.189	439.465
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	30	(219.999)	(272.002)	(282.493)
Lucro bruto		85.531	32.187	156.972
Despesas com vendas, gerais e administrativas	30	(138.684)	(161.126)	(188.475)
Provisão para perdas de crédito esperadas	32	(8.799)	(2.274)	(11.474)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável e valor justo	13	(765)	(2.039)	(765)
Resultado de participações em investimentos	14	9.434	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.595	6.839	754
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(51.689)	(126.413)	(42.988)
Receitas financeiras	31	9.584	14.451	13.917
Despesas financeiras	31	(22.250)	(27.278)	(27.973)
Resultado financeiro líquido		(12.666)	(12.827)	(14.056)
Prejuízo antes dos impostos		(64.355)	(139.240)	(57.044)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(7.290)	-	(7.354)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	26.665	44.271	19.418
Prejuízo do exercício		(44.980)	(94.969)	(44.980)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	28	(0,23)	(0,59)	(0,23)

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2019	2018	2019
Prejuízo do exercício		(44.980)	(94.969)	(44.980)
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste de valor justo Investimento Rohr, líquido de impostos	13	(2.556)	(517)	(2.556)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Provisão para benefícios pós-emprego, líquido de impostos	22	(655)	(320)	(655)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(48.191)</u>	<u>(95.806)</u>	<u>(48.191)</u>

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total Consolidado/ Controladora
	Capital social subscrito	Prêmio de opções de ações	Custo com emissão de ações	Legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria			
Em 31 de dezembro de 2017	688.319	51.412	(18.448)	32.611	118.848	(20.287)	(5.875)	-	846.580
Ajuste na adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	-	-	-	-	-	-	(1.215)	(1.215)
Em 1º de janeiro de 2018	688.319	51.412	(18.448)	32.611	118.848	(20.287)	(5.875)	(1.215)	845.365
Prêmio de opções de ações	-	750	-	-	-	-	-	-	750
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	-	(517)	-	(517)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(320)	-	(320)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(94.969)	(94.969)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(96.184)	-	-	96.184	-
Em 31 de dezembro de 2018	688.319	52.162	(18.448)	32.611	22.664	(20.287)	(6.712)	-	750.309
Aumento de Capital - Emissão de ações (aquisição Solaris Participações)	400.405	-	-	-	-	-	-	-	400.405
Prêmio de opções de ações	655	4.195	-	-	-	-	-	-	4.850
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	-	(2.556)	-	(2.556)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(655)	-	(655)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(44.980)	(44.980)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(22.316)	(22.664)	-	-	44.980	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.089.379	56.357	(18.448)	10.295	-	(20.287)	(9.923)	-	1.107.373

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado*</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(44.980)	(94.969)	(44.980)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	127.135	126.684	162.267
Imposto de renda e contribuição social diferido	(26.665)	(44.271)	(19.418)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.076	6.994	3.174
Provisão para despesa com opções de ações	4.195	750	4.195
Benefícios Pós-Emprego	1.211	1.056	1.211
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	15.226	59.338	15.515
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	18.920	25.443	19.492
Provisão para perdas esperadas de crédito	8.799	2.274	11.474
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável líquido dos estoques mantidos para venda	-	(1.619)	-
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	765	2.039	765
Provisão para estoques de giro lento	2.002	339	5.136
Ajuste CPC 48/ IFRS 9	44	46	44
Provisão para participação nos resultados	4.555	8.000	9.183
Resultado de participações em investimentos	(9.434)	-	-
Outras provisões (reversões)	282	1.888	1.750
(Aumento)/Redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos:			
Contas a receber	(21.986)	(3.739)	(44.646)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(417)	(581)	(6.086)
Estoques	(8.473)	452	(8.807)
Tributos a recuperar	904	2.873	1.063
IRPJ e CSLL a compensar	(1.975)	6.131	(1.937)
Depósitos judiciais	5.012	(5.914)	5.067
Outros ativos	523	(1.843)	(760)
Fornecedores	3.785	(4.356)	6.031
Salários e encargos sociais	8.513	(1.455)	5.759
Participação nos resultados	(6.568)	-	(3.714)
Tributos a pagar	3.603	(4.046)	2.247
Outros passivos	(116)	(1.090)	508
Processos judiciais liquidados	(7.649)	(5.074)	(7.649)
Juros pagos	(28.178)	(35.160)	(30.990)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>51.110</u>	<u>40.190</u>	<u>85.894</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de caixa decorrente de incorporação de controlada	-	-	33.685
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	(5.008)	(2.920)	(5.445)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado*</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(5.008)</u>	<u>(2.920)</u>	<u>28.894</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento de capital	655	-	655
Depósitos bancários vinculados	88.811	61.708	88.811
Amortização de empréstimos e debêntures	(106.193)	(106.169)	(118.861)
Arrendamentos pagos	<u>(16.354)</u>	<u>-</u>	<u>(20.463)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>(33.081)</u>	<u>(44.461)</u>	<u>(49.858)</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>13.021</u>	<u>(7.191)</u>	<u>64.275</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>60.635</u>	<u>67.826</u>	<u>60.635</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>73.656</u>	<u>60.635</u>	<u>124.910</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>13.021</u>	<u>(7.191)</u>	<u>64.275</u>

Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 23.034 e que não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa.

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado*
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receitas:			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	354.439	353.166	510.376
Cancelamentos e descontos	(17.586)	(20.004)	(23.956)
Outras receitas	1.821	6.839	979
Provisão para perda de créditos esperadas	(8.799)	(2.274)	(11.474)
	<u>329.875</u>	<u>337.727</u>	<u>475.925</u>
Insumos adquiridos de terceiros:			
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(8.488)	(7.404)	(20.872)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(101.289)	(90.833)	(128.213)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	(765)	(2.039)	(765)
Baixa de ativos	(15.212)	(57.719)	(15.501)
	<u>204.121</u>	<u>179.732</u>	<u>310.574</u>
Valor adicionado bruto	204.121	179.732	310.574
Depreciação, amortização e exaustão	(127.135)	(126.684)	(162.267)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	76.986	53.048	148.307
Valor adicionado recebido em transferência:			
Receitas financeiras	9.584	14.451	13.917
Resultado de participação investimentos	9.434	-	-
	<u>96.004</u>	<u>67.499</u>	<u>162.224</u>
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal e encargos	81.752	112.119	110.355
Remuneração direta	62.886	90.535	84.783
Benefícios	14.675	16.407	19.866
FGTS	4.190	5.176	5.707
Impostos, taxas e contribuições	32.529	5.273	61.744
Federais	29.108	1.339	55.813
Estaduais	2.005	2.428	4.018
Municipais	1.416	1.506	1.914
Remuneração sobre o capital de terceiros	26.704	45.076	35.104
Juros e variações cambiais	21.793	26.586	27.374
Aluguéis	4.911	18.490	7.730
Remuneração de capitais próprios	(44.980)	(94.969)	(44.980)
Prejuízo do exercício	(44.980)	(94.969)	(44.980)
	<u>96.004</u>	<u>67.499</u>	<u>162.224</u>
Valor adicionado distribuído			

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam nove meses da controladora e apenas cinco meses (maio a setembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. Conforme descritivo apresentado na nota explicativa 32.

1.1 Incorporação da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de abril de 2019 os acionistas da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris Participações") aprovaram o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 154.346.537 ações ordinárias, no montante total de R\$ 271.803. Essas novas ações foram subscritas e integralizadas nessa data com base no acervo líquido contábil de 31 de dezembro de 2018 da Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris Equipamentos"), nos termos do laudo de avaliação emitido por empresa de avaliação independente e distribuídos na seguinte proporção:

Acionistas	Nº de ações subscritas e integralizadas	(%)
SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	104.627.677	67,79%
Sullair Argentina S.A	44.840.433	29,05%
Ricardo Vantini	4.878.427	3,16%
Total	154.346.537	100%

A partir desta data, 03 de abril de 2019, os acionistas apresentados no quadro acima tornaram-se detentores de 100% das ações da Solaris Participações e essa Companhia passou a deter 100% de participação no capital social da Solaris Equipamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ocorrida em 10 de maio de 2019, foi deliberada a aprovação da operação, nos termos do art. 256, §1º da Lei das S.A. e CVM 358/02 a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações e foram praticadas todas as demais medidas necessárias à conclusão da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris Equipamentos (“Combinação de Negócios”).

Esta incorporação resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter pela primeira vez participação societária na Solaris Equipamentos assim como seu controle. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

A incorporação da Solaris Participações foi aprovada em assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de maio de 2019. Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da Solaris Equipamentos foi avaliado pelo seu valor justo em 30 de abril de 2019 com base preliminarmente no laudo econômico financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente.

A combinação de negócios consolida o protagonismo das duas empresas no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num mix de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 9 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil.

A partir de 10 de maio de 2019, a Companhia passou a deter o controle direto da Solaris Equipamentos e a titularidade de todas as ações.

a. *Contraprestação transferida*

Em 10 de maio, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Solaris Equipamentos, cujo valor justo está descrito abaixo no item (c)-(ii).

b. *Custos de aquisição*

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de aproximadamente R\$ 1.183 em 2019 (R\$ 5.165 em 2018) referentes principalmente a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como ‘Despesas administrativas’ na demonstração de resultado.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Solaris Equipamentos na data da aquisição:

Ativo	Valor contábil 30/04/2019	Ajustes	Valor justo
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	33.767	-	33.767
Contas a receber	31.719	-	31.719
Estoques	17.370	-	17.370
Impostos a recuperar	8.626	-	8.626
Outros ativos	3.391	-	3.391
Não circulante			
Depósitos judiciais	337	-	337
Impostos diferidos	83.058	-	83.058
Imobilizado	175.677	39.257 (i)	214.934
Intangível	632	-	632
Valor dos ativos adquiridos	354.577	-	393.834
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9.499	-	9.499
Empréstimos e financiamentos	12.818	-	12.818
Debêntures	24.311	-	24.311
Impostos a pagar	2.305	-	2.305
Salários, benefícios e encargos sociais a pagar	9.578	-	9.578
Derivativos	229	-	229
Outros passivos	596	-	596
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9.480	-	9.480
Debêntures	6.186	-	6.186
Impostos a pagar	1.488	-	1.488
Provisão para contingências	4.794	-	4.794
Outros passivos	156	-	156
Valor dos passivos assumidos	81.440	-	81.440
Valor líquido dos ativos adquiridos	273.137	39.257	312.394
Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos:			
Valor contábil dos ativos líquidos	-	-	273.137
Mais-valia do ativo imobilizado (i)	-	-	39.257
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) (iii)	-	-	88.011
Contraprestação transferida, mediante aumento de capital social (vide nota explicativa nº 27) – (ii)			
	-	-	(400.405)

Não foram identificadas movimentações relevantes da data base de 30 de abril de 2019 a 10 maio de 2019 (data da aquisição).

- (i) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Solaris Equipamentos, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$ 39.257, relacionado à mais-valia de máquinas e equipamentos. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a idade operacional e o valor residual dos bens. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa 15).
- (ii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias), com o preço médio de R\$ 5,2646081101 por ação da Companhia, foi calculado com base no volume de negociação das ações da Mills na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão nos pregões realizados entre 14 de fevereiro e 29 de março de 2019. Conforme mencionado acima, com a emissão de 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, o montante total da contraprestação transferida na data de aquisição da controlada foi de R\$ 400.405.
- (iii) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	400.405
(-) Valor contábil dos ativos líquidos	(273.137)
(-) Mais-valia de ativos líquidos	(39.257)
(=) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	88.011

d. Mensuração do valor justo

A contabilização inicial da aquisição considerando a alocação do preço pago foi preliminarmente apurada no trimestre findo em 30 de junho de 2019 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra e finalizado dentro do exercício de 2019. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos foi a seguinte:

Ativos adquiridos	Método de avaliação
Máquinas e equipamentos	Para identificação da depreciação, são consideradas a vida útil, transcorrida, os valores residuais, estado de conservação e obsolescência do bem. O cálculo é feito sobre a variação da provável curva de vida útil. O valor justo do equipamento usado é determinado a partir do valor de equipamento novo, levando-se em conta a idade operacional e o valor residual, indexados a uma curva, que tem por limite a vida útil do ativo.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes (Notas Explicativas n^{os} 4, 6, 7, 8, 13 e 33).
- (ii) ***Moeda funcional e moeda de apresentação***
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.
- (iii) ***Resultado por segmento de negócio***
O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração.
- (iv) ***Demonstrações de valor adicionado (DVA)***
Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2 Principais políticas contábeis

- (i) ***Caixa e equivalentes de caixa***
Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (ii) ***Depósitos bancários vinculados***
Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de cláusula contratual.
- (iii) ***Instrumentos financeiros***
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

b. Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subseqüentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

a. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

(iv) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

Foi adotada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio.

Nessa abordagem foram definidas os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) da Companhia:

- Definição dos agings por segmento de negócio;
- Cálculo das perdas de crédito esperadas pelo média móvel do período histórico considerado (janeiro a dezembro de 2019).
- O cálculo é o resultado da inadimplência histórica dos últimos 12 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings em cada Unidade de Negócio; e
- São considerados no cálculo todos os agings de faturas emitidas em aberto.

(v) ***Estoques***

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Estoques - Outros ativos mantidos para venda

São representados pelos bens anteriormente componentes do ativo imobilizado da Companhia, e atualmente separados dos ativos de locação em função do objetivo de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos do CPC 16 (R1).

(vi) ***Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos***

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(vii) *Ativos mantidos para venda*

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocado ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos de benefícios a empregado, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

(viii) *Depósitos judiciais*

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 22.a).

(ix) *Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional*

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 14, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(x) **Intangíveis**

Programas de computador (Software)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados aos desenvolvimentos desses *softwares* são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os *softwares* possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 15). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(xi) **Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(xii) **Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na unidade geradora de caixa “Construção”. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(xiii) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(xv) Benefícios concedidos a empregados

Provisão para participação nos lucros e resultados

O acordo de participação nos lucros e resultados foi estruturado com o intuito de premiar os empregados, com pelo menos 90 dias trabalhados no ano base de 2019, em função do desempenho geral da Mills e, também, pelas suas competências individuais nas contribuições feitas ao negócio, dentro de sua respectiva área de atuação e cargo ocupado

O Programa de Participação Resultados de 2019 é baseado no atingimento do *EBITDA* ajustado, capturas de sinergias oriundas da combinação de negócios com a Solaris Equipamentos e metas corporativas e individuais.

O reconhecimento dessa participação, quando há, é realizado durante o exercício e o desembolso, quando devido, até o mês de abril do exercício subsequente (nota explicativa 20.a).

Planos de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições (nota explicativa 20.c).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos um programa de incentivo com ações restritas. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação.

Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas.

O valor justo das ações é reconhecido como despesa. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nos termos do contrato do plano (nota explicativa 20.d).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

(xvi) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xvii) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(xviii) Capital social

O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xix) Recompra de ações (ações em tesouraria)

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou da reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital.

(xx) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xxi) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida *pro rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxii) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

2.3 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, divulgadas nas notas explicativas n^{os} 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 14 de março de 2019 e no dia 21 de março de 2019 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - %	
		31/12/2019	31/12/2018
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica.	100%	-

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas considerando os montantes da Controladora e os montantes levantados a partir da data de aquisição e incorporação da Solaris Participações, em maio de 2019, conforme nota explicativa 1.1 até a data-base de 31 de dezembro de 2019.

2.5 Normas vigentes em 2019

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

(i) **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Foram analisados todos os contratos de arrendamento da Companhia com prazo superior a um ano e com valores unitários dos bens arrendados acima do limite estabelecido pela norma. Para fins de adoção inicial, foi adotada a modelagem retrospectiva modificada, tendo sido analisados os contratos de arrendamento dos imóveis e veículos utilizados pela Companhia para suas unidades de negócio Construção e Rental. A taxa de desconto para determinação do valor presente líquido dos contratos acompanha o prazo de vigência de cada contrato.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 foram registrados no balanço de abertura de 2019, ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme nota explicativa 20 e quadro abaixo:

	Controladora		
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ajustes na adoção CPC06(R2) / IFRS 16	Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2019
Balanço Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	467.444	57.786	525.230
Arrendamento (passivo)	-	(57.786)	(57.786)
	-	(57.786)	(57.786)

O quadro abaixo demonstra os efeitos da adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 reconhecidos no balanço da controlada, Solaris, em 30 de abril de 2019, último balanço antes da incorporação em 10 de maio de 2019 e possuía naquela data os seguintes montantes registrados nas rubricas do ativo imobilizado (direito de uso) R\$ 8.470 e arrendamento R\$ 8.572.

	Controlada		
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ajustes na adoção CPC06(R2) / IFRS 16	Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2019
Balanço Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	179.281	8.882	188.163
Arrendamento (passivo)	(4.240)	(8.882)	(13.122)
	(4.240)	(8.882)	(13.122)

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 18 de dezembro de 2019 divulgou o ofício circular 02/2019 passando a orientar os aspectos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Arrendatárias na adoção da taxa de desconto e o tratamento do Pis e Cofins do passivo de arrendamento (nota explicativa 20).

- (ii) **ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**
Também em 1º de janeiro de 2019, passou a vigorar a nova norma sobre os requisitos de reconhecimento e mensuração do pronunciamento técnico CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados pela Companhia e suas controladas para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide notas explicativas 13 e 15.

3.2 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 20.

3.3 Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de *hedge*, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

3.5 Provisões para perdas de créditos esperadas

A Companhia reconhece provisão para perdas com créditos esperadas para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.2 (iv). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia.

3.6 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Companhia avaliou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2019.

3.8 Reconhecimento de receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.2 Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais.

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e *hedge*. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota explicativa 4.2 (iii).

(iii) Análise de sensibilidade

Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

				Controladora	
				Efeito no resultado	
Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	73.656	3.308	2.481	1.654

				Controladora	
				Efeito no resultado	
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
BNDDES	TJLP	2.545	151	183	216
2ª emissão de debêntures	IPCA	56.367	6.214	6.780	7.346
2ª Série					
Total		58.912	6.365	6.963	7.562

				Consolidado	
				Efeito no resultado	
Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	124.797	5.845	4.383	2.922

				Consolidado	
				Efeito no resultado	
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	24.976	2.622	3.028	3.434
Capital de giro	CDI	7.670	940	1.074	1.208
BNDDES	TJLP	2.545	151	183	216
2ª emissão de debêntures	IPCA	56.367	6.214	6.780	7.346
2ª Série					
Total		91.558	9.927	11.065	12.204

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

31/12/2019

Referências	Provável I	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxas			
CDI (%) (i)	4,18%	3,14%	2,09%
TJLP (%) (ii)	5,09%	6,36%	5,09%
IPCA (%) (iii)	3,75%	4,69%	3,75%

- (i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 6,75%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 2020, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2020 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 2020, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2019 foi de 61 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos conforme o modelo de perda esperada definida pelo CPC 48.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA) e (iv) pendências e protestos no Serasa.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Conta corrente			
Banco (i)	18	121	113
Aplicações			
Banco (i)	73.638	60.514	124.797
Depósitos bancários vinculados (i)	-	88.810	-
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	73.656	149.445	124.910

(i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

4.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Controladora
Em 31 de dezembro de 2019							
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	-	-	60.423	-	-	60.423
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.047	2.078	7.012	21.518	30.563	62.218
Arrendamentos a pagar - veículos	-	196	392	1.049	141	-	1.778
Contas a pagar a terceiros	7.185	10.207	1.918	29	-	-	19.339
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	2.893	-	-	2.893
Em 31 de dezembro de 2018							
Empréstimos e financiamentos	-	294	872	2.294	-	2.674	6.134
Debêntures	-	-	-	130.813	-	60.220	191.033
Contas a pagar a terceiros	1.272	12.354	1.697	370	10	-	15.703

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019							
Capital de giro	-	112	1.778	2.466	-	3.876	8.232
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	842	2.975	78.890	-	3.949	86.656
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.344	2.625	8.842	22.498	30.563	65.872
Arrendamentos a pagar - veículos	-	338	676	2.328	523	-	3.865
Contas a pagar a terceiros	1.685	19.511	4.977	309	-	-	26.482

5 Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2019	2018	2019
Dívida bancária total	58.911	181.401	91.557
Empréstimos e Financiamentos	2.545	5.712	10.215
Debêntures bruta (vide nota explicativa nº 16)	56.367	175.689	81.342
Caixa equivalente de caixa	73.656	60.635	124.910
Depósitos bancários vinculados	-	88.810	-
Endividamento líquido	14.745	31.956	33.353
Patrimônio líquido	1.107.373	750.309	1.107.373
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	0,01	0,04	0,03

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	<u>Controladora</u>	
	2019	2018
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	14.843	5.713
Não utilizadas	203.200	9.600
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	14.843	5.713
Não utilizadas	-	-

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Caixa e bancos	18	121	113
Aplicações financeiras	73.638	60.514	124.797
	<u>73.656</u>	<u>60.635</u>	<u>124.910</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 94,80% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,29%, em 31 de dezembro de 2018).

7 Depósitos bancários vinculados

Em 19 de maio de 2017, conforme deliberado nas Atas de Assembleia Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, em função da repactuação dos termos das escrituras das debêntures, relativos aos *covenants*, foi constituída a garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de contas vinculadas, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente conforme mencionado na nota explicativa 16. A segregação entre circulante e não circulante foi feita utilizando-se a mesma segregação existente do passivo das debêntures.

	Controladora e Consolidado*	
	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	-	62.000
Não Circulante	-	26.810
	-	88.810

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 são integralmente representados pela controladora.

No dia 17 de maio de 2019 foi realizada a transferência integral dos recursos mantidos em contas vinculadas das 2ª e 3ª Emissões de Debêntures da Companhia para a sua conta de livre movimentação considerando o cumprimento das condições dispostas na Cláusula 6.10.4 do 3º Aditamento às Escrituras, qual seja, o atingimento dos *covenants* originais das Debêntures (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado ≤ 3 e Ebitda Ajustado/Despesa Financeira Líquida ≥ 2) pelo segundo trimestre consecutivo.

8 Contas a receber de terceiros

Unidade de negócio	Controladora						Consolidado		
	31/12/2019			31/12/2018			31/12/2019		
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	88.304	(66.841)	21.463	98.667	(75.017)	23.650	88.304	(66.841)	21.463
Rental	89.088	(42.546)	46.542	82.213	(49.372)	32.841	163.823	(68.483)	95.340
	177.393	(109.387)	68.005	180.880	(124.389)	56.491	252.127	(135.323)	116.803
Circulante	86.948	(18.942)	68.005	84.164	(27.673)	56.491	141.903	(25.100)	116.803
Não circulante	90.445	(90.445)	-	96.716	(96.716)	-	110.223	(110.223)	-

São consideradas no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas em aberto.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(124.389)	(133.801)	(124.389)
Ajuste aquisição Solaris até Abril/2019	-	-	(24.685)
Efeito da adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	(1.731)	-
Impacto líquido de PCE no resultado (i)	(8.799)	(2.274)	(11.474)
Baixas	23.801	13.417	25.225
	<u>(109.387)</u>	<u>(124.389)</u>	<u>(135.323)</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 11.145 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 42.779) e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 6.401 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 40.505), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 8.799 (em 31 de dezembro de 2018 resultado líquido negativo de R\$ 2.274).

A análise de vencimentos do contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
A vencer	57.680	49.463	96.798
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	1.709	1.781	1.709
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	13.360	11.056	20.714
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	4.086	4.001	7.860
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	3.285	5.161	4.722
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	6.828	12.702	10.114
Vencidos acima de 360 dias (*)	90.445	96.716	110.223
	<u>177.393</u>	<u>180.880</u>	<u>252.140</u>

- (*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

9 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Mercadorias para venda	2.252	1.963	2.268
Peças de reposição e suprimentos	23.631	15.209	44.701
Provisão para estoque de giro lento (*)	(3.877)	(1.875)	(10.632)
	<u>22.006</u>	<u>15.297</u>	<u>36.337</u>

- (*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

10 Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Foi celebrado o seguinte contrato em dólares dos Estados Unidos para a venda de manipuladores de carga:

Data do contrato	Tipo	Quantidade	Cronograma	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada
15/03/2017	Manipuladores de carga	170	Abr/2017 a Mai/2019	24.690	14.038

Os valores de custo e depreciação acumulada acima mencionados, foram transferidos do ativo de locação (imobilizado) para estoques - outros ativos mantidos para venda. Com a transferência, a depreciação desses equipamentos foi interrompida e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

O Pronunciamento Técnico CPC 16, determina que os estoques sejam mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o que for menor. O valor realizável foi calculado com base no valor total da venda, menos o valor residual dos bens transferidos para o estoque, incluindo as despesas de manutenção e frete interno a serem incorridas.

	Controladora e Consolidado(*)	
	31/12/2019	31/12/2018
Estoque - Outros ativos mantidos para venda	-	58

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 são integralmente representados pela controladora.

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
IRPJ e CSLL a recuperar (*)	2.376	400	7.367
PIS e COFINS a recuperar (**)	2.522	3.186	4.981
ICMS a recuperar (***)	320	540	988
Outros	363	384	674
	<u>5.581</u>	<u>4.510</u>	<u>14.010</u>

(*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras em 2019, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais da mesma natureza durante o exercício de 2020.

(**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.

(**) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

12 Ativos mantidos para venda

Em abril de 2017, a Companhia celebrou contratos de permuta de créditos do contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação. Esses imóveis foram postos à venda.

O Pronunciamento Técnico CPC 31, determina que um ativo deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda.

	Controladora e Consolidado(*)	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos mantidos para venda	7.028	7.028
Perda por desvalorização de ativo (i)	(2.804)	(2.039)
	4.224	4.989

- (*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.
- (i) A provisão por perda por desvalorização de ativo, que é avaliada anualmente, é o resultado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos ativos em 31 de dezembro 2019, conforme laudos de avaliação elaborados por especialistas.

13 Ativo financeiro pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de dezembro de 2019, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2018.

b. Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2019, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 65%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 16,1% entre os anos de 2020 a 2023 e de 14,5% em diante, inclusive na perpetuidade. A taxa foi obtida através de metodologia utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC) e foi considerado um prêmio por tamanho de 4,2%. Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 50.579 (R\$ 54.451 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 a variação bruta do valor justo foi de R\$ 3.872 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2018), sendo a variação líquida em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 2.556 (R\$ 517 em 31 de dezembro de 2018), considerando o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrada no patrimônio líquido da Companhia.

14 Investimentos

a. Ativos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Conforme divulgado na nota explicativa 1.1 a Solaris Participações era controladora da Solaris Equipamentos. Em 10 de maio de 2019, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, da Solaris Participações, e, como resultado desta Combinação de Negócios, a Companhia passou a deter o controle de 100% da Solaris Equipamentos.

A Solaris Equipamentos é um empresa de capital fechado e tem como objeto social a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes e a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

Informações da controlada	Solaris
	Equipamentos
	31/12/2019
Participação - %	100%
Ativo circulante	130.470
Ativo não circulante	223.279
Passivo circulante	52.728
Passivo não circulante	14.713
Patrimônio líquido	286.307
Receitas	144.261
Custos e despesas	(120.469)
Lucro antes dos impostos	23.791
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(7.312)
Lucro líquido do exercício	16.479

Movimento dos investimentos em controladas	Controladora
Saldo início do período (30/04/2019)	273.137
Ativos identificáveis avaliados ao seu valor justo em combinação de negócios	39.257
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	88.011
Redução de investimento (ii)	(3.309)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo (iii)	(7.046)
Resultado do período (i)	16.479
Saldo final do exercício (31/12/2019)	406.529

- (i) O cálculo da equivalência patrimonial contempla apenas oito meses, pois a mesma foi adquirida em 10 de maio de 2019, conforme Nota 1.1.
- (ii) Em 15 de outubro de 2019, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a primeira redução de capital da controlada, na filial São Luis, por meio de equipamentos de locação (R\$ 3.061), estoque (R\$ 236) e moveis/utensílios (R\$ 12).
- (iii) Saldo referente a oito meses (maio a dezembro de 2019) de realização da mais-valia de ativos apurada no processo de combinação de negócios.

15 Imobilizado

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.259.154	73	1.259.227	22.622	24.138	14.934	1.386	9.863	11.058	-	-	231	84.232	1.343.459
Aquisição	1.809	-	1.809	256	-	7	173	60	64	-	-	689	1.249	3.058
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	(179.605)	-	(179.605)	(4.821)	(1.179)	(138)	(316)	(237)	(119)	-	-	-	(6.810)	(186.415)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(152)	-	(152)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152)
Transferência	-	-	-	788	-	-	-	(43)	-	-	-	(745)	-	-
Reclassificação	73	(73)	-	71	-	-	-	262	-	-	-	-	333	333
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Aquisição	229	3.356	3.585	213	-	182	154	-	283	-	-	867	1.699	5.284
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.107	4.074	-	64.181	64.181
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(61.774)	-	(61.774)	(765)	-	(231)	-	-	(45)	-	-	-	(1.041)	(62.815)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(21)	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Reclassificação	-	-	-	330	-	-	-	3	-	-	-	-	333	333
Transferência	13.302	(3.073)	10.229	936	-	2	-	38	(77)	-	-	(974)	(75)	10.154
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.033.015	283	1.033.298	19.630	22.959	14.756	1.397	9.946	11.164	60.107	4.074	68	144.101	1.177.399

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(665.942)	(39)	(665.981)	(8.590)	(4.166)	(13.508)	(1.102)	(3.780)	(6.643)	-	-	-	(37.789)	(703.770)
Depreciação	(116.173)	-	(116.173)	(2.320)	(670)	(1.066)	(94)	(862)	(833)	-	-	-	(5.845)	(122.018)
Baixa/alienação e Transf p/estoques mantidos para venda	128.409	-	128.409	3.327	834	138	260	219	86	-	-	-	4.864	133.273
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(236)	-	-	-	(88)	-	-	-	-	(324)	(324)
Reclassificação	(39)	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	(42)	-	-	-	42	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Depreciação	(106.290)	-	(106.290)	(1.875)	(617)	(323)	(98)	(871)	(807)	(10.857)	(2.243)	-	(17.691)	(123.981)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	46.746	-	46.746	637	-	231	-	-	33	-	-	-	900	47.646
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)	(280)
Transferência	(10.200)	-	(10.200)	-	-	-	-	-	46	-	-	-	46	(10.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(723.489)	-	(723.489)	(9.290)	(4.619)	(14.529)	(1.034)	(5.429)	(8.118)	(10.857)	(2.243)	-	(56.119)	(779.608)
Taxas anuais de depreciação - %	10	10	-	10	4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2018	427.534	-	427.534	11.055	18.957	367	307	5.436	3.613	-	-	175	39.910	467.444
Saldo em 31 de dezembro de 2019	309.526	283	309.809	10.340	18.340	227	363	4.517	3.046	49.250	1.831	68	87.982	397.791

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a immobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Adição por aquisição de controlada	428.030	5.957	433.987	7.083	-	2.302	896	569	2.954	6.320	2.562	-	22.686	456.673
Mais-valia do ativo imobilizado	39.091	-	39.091	-	-	-	166	-	-	-	-	-	166	39.257
Aquisição	1.350	4.843	6.193	213	-	413	154	33	351	-	-	867	2.030	8.223
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.626	4.987	-	66.613	66.613
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(83.515)	-	(83.515)	(932)	-	(271)	-	-	(68)	-	-	-	(1.271)	(84.786)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	(507)	-	(507)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(507)
Reclassificação	-	-	-	330	-	-	-	3	-	-	-	-	333	333
Transferência	14.413	(4.196)	10.217	936	-	2	-	38	(77)	-	-	(974)	(75)	10.142
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.480.141	6.604	1.486.745	26.546	22.959	17.247	2.459	10.548	14.163	67.946	7.549	68	169.485	1.656.232

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

Depreciação acumulada	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Adição por aquisição de controlada	(270.061)	-	(270.061)	(4.470)	-	(1.348)	(879)	(337)	(2.078)	(1.326)	(486)	-	(10.924)	(280.985)
Mais-valia do ativo imobilizado	(7.046)	-	(7.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.046)
Depreciação	(131.211)	-	(131.211)	(2.445)	(617)	(549)	(102)	(898)	(939)	(13.751)	(3.105)	-	(22.406)	(153.617)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	64.226	-	64.226	761	-	231	-	-	41	-	-	-	1.033	65.259
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)	(280)
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	(10.200)	-	(10.200)	-	-	2	-	-	46	-	-	-	47	(10.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.008.036)	-	(1.008.036)	(14.206)	(4.619)	(16.100)	(1.917)	(5.794)	(10.319)	(15.077)	(3.591)	-	(71.623)	(1.079.659)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2018	427.534	-	427.534	11.055	18.957	367	307	5.436	3.613	-	-	175	39.910	467.444
Saldo em 31 de dezembro de 2019	472.106	6.605	478.711	12.340	18.340	1.147	542	4.754	3.845	52.869	3.958	68	97.863	576.575

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de dezembro de 2019 por grupamento:

	Controladora	Consolidado
Escoramentos	134	134
Plataformas e manipuladores	3.345	4.175
Máquinas e equipamentos	95	166
Instalações	41	88
Móveis e utensílios	293	365
Benfeitorias em propriedade de terceiros	594	594
Computadores e periféricos	184	574
	<u>4.686</u>	<u>6.096</u>

A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2019 a R\$ 127.443 e R\$ 34.802 (31 de dezembro de 2018 R\$ 113.359 e R\$ 8.659), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 18).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

a. Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

b. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração não identificou indicadores de impairment para a Unidade de Negócio Rental (UGC) ao longo de 2019, com base no CPC 01. Em função disso, não efetuou testes e nem aplicou ajustes de impairment por entender que não há ajustes de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos dessa Unidade de Negócio a serem constituídos. Para a Unidade de Negócio Construção, a Administração entende que há indicadores de perda e efetuou o teste de *impairment* para 31 de dezembro de 2019. O valor recuperável desse conjunto de ativos de Construção foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 65%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 12,5% para o período 2020 e 2021 e 11,8% para os demais anos, inclusive na perpetuidade. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade.

16 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	52.203	3.156	43	13.376	68.778
Aquisição	926	-	565	-	1.491
Alienação	-	-	-	-	-
Transferência	92	-	(92)	-	-
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	183	13.376	69.936
Aquisição	922	-	2.294	-	3.216
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	54.143	3.156	2.145	13.376	72.820
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(25.692)	(878)	-	(4.232)	(30.802)
Amortização	(4.666)	-	-	-	(4.666)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(476)	-	-	-	(476)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Amortização	(4.260)	-	-	-	(4.260)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(35.528)	(878)	-	(4.232)	(40.639)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.388	2.278	183	9.144	33.993
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.615	2.278	2.145	9.144	32.181
	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	184	13.376	69.937
Adição por aquisição de controlada	1.741	8	-	-	1.749
Ágio por aquisição de controlada	-	-	-	88.011	88.011
Aquisição	1.016	-	2.294	-	3.310
Reclassificação	-	-	(334)	-	(334)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.977	3.164	2.145	101.387	162.673
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Adição por aquisição de controlada	(1.116)	-	-	-	(1.116)
Amortização	(4.415)	-	-	-	(4.415)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.800)	(878)	-	(4.232)	(41.910)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.338	2.278	184	9.144	33.993
Saldos em 31 de dezembro de 2019	19.177	2.286	2.145	97.155	120.763

a. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio reconhecido na Controladora é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 15 e a Administração concluiu da mesma forma que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo.

b. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado na demonstração financeira consolidada é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, no valor de R\$ 88.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que no balanço da Controladora, deve permanecer na rubrica de investimentos.

Sendo este ágio decorrente de uma transação recente de mercado, o que melhor representa o valor recuperável desse ativo, a Administração não identificou nenhum fato ou evento que justificasse uma provisão para redução ao valor recuperável do ágio durante o período de aquisição, 10 de maio de 2019, até término do exercício de 2019.

17 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Fornecedores nacionais – Terceiros	15.885	15.219	23.329
Fornecedores estrangeiros – Terceiros	504	484	3.341
	16.389	15.703	26.670

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% a.a e CDI acrescidos de 3,10% a 5% a.a. com amortizações em bases mensais até outubro de 2022.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Circulante	1.940	3.177	6.543
Não circulante	605	2.535	3.671
Total - Empréstimos e financiamentos	2.545	5.712	10.214

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 são:

Empresa	Instituições financeiras
Mills	Banco do Brasil
Mills	Itaú BBA
Solaris Equipamentos	Banco do Brasil
Solaris Equipamentos	Banco ABC

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Garantias concedidas:			
Alienação fiduciária (*)	26.993	26.993	78.506

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME, *leasing* e capital de giro.

As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
2020	1.940	6.543
2021	605	3.670
	2.545	10.214

O empréstimo da Companhia referente ao FINAME vinculado ao Itaú BBA possui cláusulas restritivas de *covenants* com os seguintes parâmetros pré-estabelecidos:

1. Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (iii) pelo EBITDA (i) deverá ser igual ou inferior a 3; e
2. Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iv) deverá ser igual ou superior a 2.

3. “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

As definições dos itens (iii) e (iv), já estão apresentadas na nota explicativa 19.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atingiu os índices de *covenants* definidos acima.

19 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado
						31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
1ª emissão – Solaris (i)	Única	80.000	mar/14	fev/21	100% do CDI + 4%	-	-	24.976
2ª emissão - Mills (ii)	2ª série	109.060	ago/12	ago/20	IPCA + 7,00 a.a.	56.428	108.627	56.428
Custo de emissão						(61)	(152)	(61)
						<u>56.367</u>	<u>108.475</u>	<u>56.367</u>
3ª emissão - Mills (iii)	Única	200.000	mai/14	mai/19	116,00% CDI	-	67.062	-
Custo de emissão						-	(64)	-
						-	<u>66.998</u>	-
Total controladora						56.367	175.473	-
Total consolidado						-	-	81.343
Circulante						56.367	122.552	77.417
Não circulante						-	52.921	3.926

a. 1ª emissão de debêntures (controlada – Solaris Equipamentos)

Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R\$80.000, valor nominal unitário de R\$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de “spread”, com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 3 de junho de 2017, foi aprovado pelos Debenturistas o primeiro aditamento do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, que contempla as seguintes principais alterações:

- (a) Alteração da data de vencimento inicial das debêntures, de 20 de março de 2019 para 20 de março de 2020.

- (b) Alteração da data de amortização das debêntures e os percentuais de amortização, de forma a conceder um prazo de carência de nove meses no pagamento do saldo, ou seja, as parcelas de amortização do principal de 20 de junho de 2017 a 20 de janeiro de 2018, passam a ser devidas a partir de 20 de fevereiro de 2018.
- (c) Alteração do spread de 2,40% para 4,50%, a partir de 20 de junho de 2017.
- (d) Alteração do percentual de prêmio aplicável ao resgate antecipado total e amortização extraordinária facultativa das debêntures.

Em 14 de março de 2018, foi aprovado pelos Debenturistas o segundo aditamento do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, que contempla as seguintes principais alterações:

- (a) Alteração da data de vencimento das debêntures, que passará de 20 de março de 2020 para 20 de fevereiro de 2021.
- (b) Alteração da amortização do valor nominal unitário das debêntures, que começou a ser amortizado em 20 de março de 2015, e terá um total de 63 parcelas mensais, com último vencimento em 20 de fevereiro de 2021.
- (c) “Waiver” dos debenturistas referente a antecipação do vencimento das debêntures no exercício de 2017, pelo fato da Companhia ter apresentado índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA maior a 2,5.
- (d) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,0 no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018 e não deverá ser maior ou igual a 2,5 no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), até a data de vencimento.
- (e) Alteração do spread de 4,50% para 4,00%, a partir de 21 de março de 2018 até a data de vencimento.
- (f) Alteração do percentual de prêmio aplicável ao resgate antecipado total e amortização extraordinária facultativa das debêntures.
- (g) Em 25 de março de 2019, foi concedida pelos Debenturistas anuência prévia para a realização de operações societárias, por meio das quais a Companhia passou a ser uma subsidiária integral da Mills conforme divulgado em fato relevante de 21 de dezembro de 2018.

b. Covenants

As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo:

- (a) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual.
- (b) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,0 (três inteiros) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), até a data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida da Controlada totalizou R\$ 28.089 (R\$28.089 em 2018), sendo o total de “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” de R\$ 32.376 (R\$32.376 em 2018), gerando um índice financeiro (dívida líquida / EBITDA) de 0,87 (0,87 em 2018).

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Controlada atingiu todos os *covenants* as quais estava sujeita.

c. 2ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

As debêntures constantes no quadro acima, terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- **2ª serie** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.
- Em agosto de 2019, foi efetuado o pagamento no montante de R\$ 61.832 referente a segunda emissão de debêntures.

d. 3ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 200.000, e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a remuneração passou a 116,00% do CDI. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em maio de 2019, foi efetuado o pagamento da última parcela, no montante de R\$ 66.944 referente a terceira emissão de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 72.060 no passivo circulante e de R\$ 9.814 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 71.976 e R\$ 9.814 (em 31 de dezembro de 2018, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 122.707 no passivo circulante e de R\$ 52.982 no passivo não circulante, e R\$ 122.552 e R\$ 52.921 líquidos dos custos de transação).

As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram:

- (a) Substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO, para o cálculo de *covenants* para fins de vencimento antecipado;
- (b) Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente;
- (c) Manutenção do EBITDA nos *covenants* para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas;
- (d) Repactuação de taxas de juros conforme descrito acima;
- (e) Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%;
- (f) Restrição de mútuos entre partes relacionadas.

Caso haja o atingimento dos *covenants* originais (EBITDA) por dois trimestres consecutivos, ocorre a liberação da conta vinculada. Esses indicadores passam a ser os aferidos a partir desta data. Havendo descumprimento dos mesmos, a conta vinculada é restabelecida com a substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional – FCO (iii), para o cálculo de *covenants*.

As principais deliberações das Assembleias de Debenturistas de 22 de fevereiro de 2019, foram:

- (a) Anuência prévia para a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A., no contexto da combinação de negócios divulgada em fato relevante de 21 de dezembro de 2018
- (b) Permissão para realização de operações de mútuo com suas controladas ou sociedades coligadas no montante de até R\$ 25.000;
- (c) Alteração do mecanismo da conta vinculada das Debêntures, prevista nos respectivos contratos de cessão fiduciária, a fim de permitir a utilização de parte de tais recursos na amortização das parcelas das Debêntures;
- (d) De outras matérias relacionadas na ordem do dia, conforme atas das assembleias de debenturistas disponíveis, em sua integralidade, no site www.mills.com.br/ri e no site da CVM.

e. Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 3.
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (ii) deverá ser igual ou superior a 2.

- (3) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
- (4) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada;
- (5) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e
- (6) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, todos os *covenants originais* estão sendo cumpridos.

20 Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

a. Reconhecimento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;

- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois de acordo com a norma são isentos de tratamento como arrendamento.

b. Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária. Durante o exercício corrente, o efeito financeiro da revisão dos prazos de arrendamentos a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação estão demonstradas a seguir: partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Os direitos de uso passaram a ser reconhecidos no ativo, sujeitos à depreciação e os arrendamentos passam a ser reconhecidos no passivo, tal como os *leasings* financeiros, sujeitos à atualização monetária e amortizados pelo pagamento do arrendamento.

Como resultado da aplicação inicial da norma contábil, a Companhia e sua Controlada reconheceram R\$ 66.669 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

c. Movimentação do direito de uso – Ativo

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Direito de uso			
Veículos			
Adoção inicial	3.649	-	6.211
Remensuração (*)	43	-	(1.158)
Atualização de contratos	500	-	2.613
Baixas	(118)	-	(123)
Depreciação acumulada	(2.242)	-	(3.583)
Imobilizado líquido	1.831	-	3.959

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Imóveis			
Adoção inicial	54.137	-	60.458
Remensuração (*)	5.539	-	7.358
Atualização de contratos	2.214	-	2.521
Baixas	(1.783)	-	(2.391)
Depreciação acumulada	<u>(10.858)</u>	<u>-</u>	<u>(15.079)</u>
Imobilizado líquido	49.249	-	52.867

d. Movimentação do arrendamento – Passivo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Passivo de arrendamento			
Veículos			
Adoção inicial	3.649	-	6.211
Remensuração (*)	43	-	(1.158)
Atualização de contratos	500	-	1.914
Baixas	(118)	-	(118)
Pagamentos	(2.396)	-	(3.946)
Encargos financeiros	<u>212</u>	<u>-</u>	<u>842</u>
Arrendamentos a pagar	1.890	-	3.745
Imóveis			
Adoção inicial	54.137	-	60.458
Remensuração (*)	5.539	-	7.358
Atualização de contratos	2.214	-	2.521
Baixas	(1.770)	-	(2.391)
Pagamentos	(13.958)	-	(18.512)
Encargos financeiros	<u>5.123</u>	<u>-</u>	<u>5.474</u>
Arrendamentos a pagar	51.286	-	54.908
Circulante	12.053	-	15.171
Não circulante	41.123	-	43.484

(*) Remensuração calculada no 4º trimestre baseada na orientação CVM através de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos.

e. Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos de contrato	Imóveis	Taxa a.a. Veículos
2020	7,90%	7,94%
2021	8,02%	8,05%
2022	8,62%	-
2023	9,04%	-
2024	9,42%	-
2025	9,63%	-
2026	9,81%	-
2029	10,07%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2019:

Prazos de pagamento	Inflação projetada(*)	Controladora		Consolidado	
		Imóveis	Veículos	Imóveis	Veículos
2020	3,04%	13.188	1.804	16.117	3.672
2021	3,44%	12.054	155	13.046	587
2022	4,08%	11.250	-	11.328	-
2023	4,23%	8.405	-	8.405	-
2024	4,43%	7.352	-	7.352	-
2025 a 2027	4,56%	12.961	-	12.961	-
2028 a 2029	4,69%	3.024	-	3.024	-
Fluxo nominal total dos pagamentos futuros		68.234	1.959	72.233	4.259
Encargos financeiros embutidos		(16.947)	(70)	(17.323)	(515)
Fluxo real total dos pagamentos futuros		51.287	1.889	54.910	3.744
Circulante		10.248	1.804	11.935	3.235
Não Circulante		41.039	85	42.975	509

(*) Taxa obtida conforme projeção de IPCA para as NTN-Bs.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Alíquota	Controladora		Consolidado	
		Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação	-	70.193	53.176	76.492	58.655
PIS/COFINS potencial	9,25%	6.493	4.919	7.076	5.426

21 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b. Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Salários e encargos - Diretoria	6.135	6.381	7.525
Honorários do Conselho de Administração	3.604	2.388	3.604
Participação nos resultados	1.712	720	1.712
Pagamentos com base em ações	273	468	273
Total	11.724	9.957	13.114

c. Transações com empresas controladas

Os montantes referentes às transações intercompany estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

Empresa	Natureza	31/12/2019			
		Contas a receber	Contas a pagar	Receita de sublocação	Despesa com sublocação
Solaris Equipamentos	Sublocação de equipamentos	1.451	2.893	1.725	3.446

22 Benefícios a empregados

a. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2019 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1)

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/12/2019	31/12/2018
Benefício pós-emprego	12.646	10.441

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 são integralmente representados pela controladora.

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas e financeiras

	2019
Taxa de desconto	7,08% a.a. (3,46% real a.a.)
Inflação Médica (HCCTR)	6,61% a.a. (3,00% real a.a.)
Aging Factor	3,00% a.a.
Inflação de longo prazo	3,50% a.a.

Hipóteses biométricas e demográficas

	2019
Taxa de desligamento (*)	85% / (TS+1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Idade de aposentadoria	100% aos 60 anos
Probabilidade de Adesão	10%
Composição familiar antes da aposentadoria/Probabilidade de casados	90% dos participantes
Composição familiar antes da aposentadoria/Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 4 anos mais velho que a mulher
Composição familiar após a aposentadoria	Composição real do grupo familiar

(*) TS = tempo de serviço.

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: custos médicos e taxa de desconto. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019 demonstradas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do exercício das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança de premissa	Diminuição do passivo	Mudança de premissa	Aumento do passivo
Mudança no PBO - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	3.367	diminuição de 1,0 p.p	2.542
Mudança na despesa - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	414	diminuição de 1,0 p.p	297
Mudança no PBO - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	1.346	diminuição de 0,5 p.p	1.563
Mudança na despesa - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	95	diminuição de 0,5 p.p	110

b. Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Os riscos inerentes identificados ao benefício pós-emprego são: (i) risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente; e (ii) risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

c. Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados de 2019 é baseado no atingimento do *EBITDA* ajustado, capturas de sinergias oriundas da combinação de negócios com a Solaris Equipamentos e metas corporativas e individuais. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados em 2019 são elegíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo registrado é de R\$ 8.840.

d. Plano de opção de compra de ações e ações restritas

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(164)	513
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(102)	158
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	(220)	(831)	649

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

- (i) A criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações;
- (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento;
- (iii) A definição dos prazos e condições de exercício das opções; e
- (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 23.b).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/12/2019	31/12/2018
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	587	587
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-

	31/12/2019	31/12/2018
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	856	856
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	513	513
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	164	164
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	158	188
Número de opções canceladas (milhares)	102	72
Programa 2016:		
Reserva de capital	2.111	1.699
Número de opções a exercer (milhares)	649	895
Número de opções exercidas (milhares)	220	-
Número de opções canceladas (milhares)	831	805
Total registrado como patrimônio (acumulado)	52.497	52.086
Efeito no resultado	412	(673)

e. Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

	Ações em milhares					
	Data da outorga	Data final de exercício	Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2018	19/11/2018	18/11/2021	868	-	-	868
Programa 2019	14/08/2019	31/12/2021	858	-	-	858

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 18 de junho de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação da proposta de criação de um Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, com conseqüente convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre sua aprovação.

Em 18 de julho de 2018, a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a aprovação do Plano de incentivo com ações restritas, conforme proposto pelo Conselho de Administração.

Em 18 de agosto de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a adoção do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 18 de novembro de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de agosto de 2018, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 14 de agosto de 2019, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2019, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2018	3,17	3,18	0,00	54,56%	0,00%	5,04%	36 meses

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2019	7,43	7,44	0,00	55,71%	0,00%	2,36%	29 meses

	31/12/2019	31/12/2018
Plano 2018:		
Reserva de capital	2.759	77
Número de opções a exercer (milhares)	868	868
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Plano 2019:		
Reserva de capital	1.101	77
Número de opções a exercer (milhares)	858	868
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	3.860	77
Efeito no resultado	3.783	(77)

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição Social	(64.355)	(139.240)	(57.044)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	21.881	47.342	19.395
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(1.177)	(3.071)	(655)
Ajustes de glosa <i>leasing</i> (**)	(4.536)	-	(4.536)
Resultado de equivalência patrimonial	3.208	-	(2.092)
Outros	-	-	(47)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>19.375</u>	<u>44.271</u>	<u>12.064</u>
Alíquota efetiva	30%	32%	21%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

(**) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos (Nota 22).

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	Controladora			Consolidado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	31/12/2019
Ágio GP Andaimos Sul Locadora	(672)	-	-	(672)	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)	(2.437)
Ajuste IRFS 9 - Caixa e equivalentes de caixa	(15)	-	(15)	(30)	(30)
Arrendamento financeiro	(208)	2.543	208	2.543	(11.422)
Atualização depósito judicial	(1.758)	(152)	10	(1.900)	(1.900)
Debêntures	(73)	-	52	(21)	(21)
Depreciação acelerada	(3.012)	-	753	(2.259)	(2.585)
Hedge sobre imobilizado	(420)	-	132	(288)	(288)
Variação cambial ativa	(387)	(129)	-	(516)	(516)
Ágio SGC III	-	-	-	-	4.194
Ajuste de valor justo - Rohr	2.296	1.316	-	3.612	3.612
Ajuste PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	-	-	588	1.219
Arrendamento_IFRS 16	-	706	-	706	660
Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48 IFRS 9	36	-	-	36	36
Benefício pós-emprego	359	412	-	771	771
Benefício pós-emprego (ajuste inicial)	3.191	338	-	3.529	3.529
Gratificações a pagar	735	938	(798)	875	875
Outros provisões	-	-	-	-	1.413
Perda por desvalorização do ativo	693	260	-	953	953
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	165.960	22.766	-	188.726	267.436
Perdas estimadas por valor não recuperável - Rohr	8.906	-	-	8.906	8.906
Provisão de estoques de giro lento	637	681	-	1.318	3.615
Provisão de participação nos lucros e resultados	2.720	-	(685)	2.035	2.310
Provisão para perdas de créditos esperadas	9.378	-	(1.642)	7.736	8.974
Provisão para descontos e cancelamentos	-	1.176	(483)	693	693
Provisão para realização do crédito tributário	29	-	-	29	29
Provisões de custos e despesas	1.247	-	(1.085)	162	162
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.549	2.172	(4.068)	6.653	8.041
Stock options	8.494	2.797	-	11.292	11.292
Variação cambial passiva	463	116	-	579	579
	205.299	35.942	(7.621)	233.619	309.429

c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.736, conforme quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	588
Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48/IFRS 9	36	36
Ajuste de valor justo no investimento na Rohr	1.583	267
Provisão para benefícios pós-emprego	3.529	3.191
Total	5.736	4.082

d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir

Natureza	Fundamentos para realização
<i>Stock option</i>	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
<i>Hedge</i> sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perda - processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para perdas de crédito esperadas	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

- (i) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia.

As ações com vistas à geração de lucro tributável são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção.

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos existentes em 31 de dezembro de 2019:

IR e CSLL diferidos ativos	Controladora	Consolidado
2020	-	5.469
2021	6.583	16.258
2022	22.088	40.560
2023	35.060	58.514
2024 e 2025	84.823	103.565
2026 a 2027	85.065	85.064
	<hr/>	<hr/>
Total	233.619	309.429
	<hr/>	<hr/>

24 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Tributários (i)	5.030	4.884	5.030
Cíveis (ii)	1.547	6.457	2.311
Trabalhistas (iii)	10.489	10.127	13.804
Honorários de êxito (iv)	2.503	2.607	2.503
Honorários de sucumbência (v)	-	1.067	-
	<u>19.569</u>	<u>25.142</u>	<u>23.648</u>

- (i) Refere-se ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações. Em dezembro de 2018 foi registrada provisão por ação de indenização por danos morais e materiais movidas contra a Companhia. Com o desfecho desfavorável da ação para a Companhia, o depósito judicial que garantia a causa foi levantado em 2019 pelo autor e a indenização reconhecida no resultado da Companhia, e, em consequência, a provisão anteriormente constituída, foi revertida.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável, à Companhia, dos processos.
- (v) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia. No trimestre a Companhia conseguiu reverter os honorários de sucumbência de uma ação tributária por prescrição.

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	25.142	21.364	25.142
Ajuste aquisição Solaris Equipamentos até Abril/2019	-	-	4.795
Constituições	4.107	9.450	5.599
Atualizações monetárias	1.988	1.859	1.988
Reversões/baixas	(11.668)	(7.531)	(13.876)
Saldo no exercício	19.569	25.142	23.648

A principal movimentação no exercício de 2019 está relacionada à decisão desfavorável à Companhia sobre uma contingencia cível, conforme mencionado no item (“ii”) acima.

a. Composição dos depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Tributários (i)	8.733	8.326	8.771
Trabalhistas (ii)	3.448	3.110	3.591
Cíveis (iii)	-	5.758	101
	12.182	17.194	12.463

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 8.633. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 4.590, como informado abaixo nas contingências tributárias item “i”, (subitem “a”), e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica é de R\$ 3.809. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iii) Depósito judicial relativo a uma ação de indenização por danos materiais e morais da qual a companhia é ré constituído em dezembro de 2018. Em razão do desfecho desfavorável à Companhia no primeiro trimestre de 2019, o depósito foi levantado.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Tributárias (i)	63.929	54.543	76.818
Cíveis (ii)	13.152	7.593	13.596
Trabalhista (iii)	11.332	10.594	12.480
	88.414	72.730	102.894

(i) Tributárias, principais itens:

- (a) Auto de Infração de ICMS, recebido pelo controlada Sullair, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$59 mil de principal que perfaz um total de cerca de R\$183 mil acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.
- (b) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (c) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (d) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea;
- (f) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (g) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº. 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

- (a) A variação foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda remota para possível, referente a um processo de indenização por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

25 Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
IRPJ/CSLL	-	-	278
IRRF*	943	-	955
PIS e COFINS*	5.564	1.825	7.168
PIS e COFINS diferido	-	-	588
INSS	-	42	31
ICMS	198	113	328
ISS	178	122	234
Outros	408	391	457
	<u>7.290</u>	<u>2.493</u>	<u>10.038</u>
Circulante	7.290	2.493	9.397
Não circulante	-	-	641

(*) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos (Nota 22).

26 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
 - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004)
 - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT. INSS - Contribuição adicional ao SAT.

Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1º Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (a) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

- (b) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Baixas	Adições	Atualizações SELIC	Saldo em 31 de dezembro de 2019
PIS	1.289	(304)	-	115	1.100
COFINS	4.011	(944)	-	357	3.424
IRPJ	1.646	(388)	-	147	1.406
CSLL	155	(37)	-	14	132
INSS	648	(202)	-	49	494
	<u>7.749</u>	<u>(1.874)</u>	<u>-</u>	<u>682</u>	<u>6.556</u>
Circulante	1.391	-	-	-	1.434
Não Circulante	6.358	-	-	-	5.122

27 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

Em 10 de maio de 2019, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Solaris Equipamentos (vide nota explicativa 1.1).

No dia 20 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 643, totalizando emissão de 219.500 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais participarão em igualdade de condições de todos os benefícios, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídos, referente ao Programa 1/2016 de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Programa 1/2016").

No dia 5 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 12, totalizando emissão de 4.250 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais participarão em igualdade de condições de todos os benefícios, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídos, referente ao Programa 1/2016 de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Programa 1/2016").

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, é representado pelo valor de R\$ 1.089.379 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 688.319) dividido em 251.866 mil (31 de dezembro de 2018 - 175.586 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Acionistas				
Andres Cristian Nacht ¹	13.817	5,49%	13.817	7,87%
Snow Petrel S.L.	23.677	9,40%	23.677	13,48%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ⁴	23.044	9,15%	23.044	13,12%
Família Nacht (total)	60.538	24,04%	60.538	34,47%
SCG III Fundo de Investimento em Participações ⁷	51.556	20,47%	-	-
Sullair Argentina S.A. ⁶	22.096	8,77%	-	-
Fundo de Investimento em participações Axxon Brazil Private Equity Fund II ²	12.294	4,88%	12.294	7,00%
Fama Investimentos Ltda. ³	9.123	3,62%	8.789	5,01%
Brandes Investment Partners ⁵	0	0%	17.459	9,94%
Outros	96.259	38,22%	76.506	43,58%
	251.866	100,00 %	175.586	100,00 %

1. Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, dividindo esse valor entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
2. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

3. Em 25 de março de 2019, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
4. Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.
5. Em 18 de março de 2019, a Brandes Investment Partners, LP passou a deter 4,53% do total de ações de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
6. Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia.
7. Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia, o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

b.3 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 56.357, referente aos planos de *stock options* para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 37.909 como reserva de capital em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 33.714).

d. Ações em Tesouraria

O saldo das ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777 e a alienação de ações no montante de R\$ 47.

28 Resultado por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>Controladora e Consolidado (*)</u>	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(44.980)	(94.969)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	198.678	160.540
Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,23)	(0,59)

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>Controladora e Consolidado (*)</u>	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(44.980)	(94.969)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	198.678	160.540
Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,23)	(0,59)

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de dezembro de 2019 por conta das ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

29 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora		Consolidado (*)
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Locação	291.702	274.400	428.584
Vendas de novos	14.778	13.456	26.243
Venda de seminovos	9.321	29.833	16.917
Venda de seminovos (outros)	12.178	15.099	12.189
Assistência técnica	8.069	6.825	8.052
Indenizações	11.770	7.832	11.770
Outros (i)	6.622	5.722	6.622
Total receita bruta	354.440	353.166	510.377
Impostos sobre vendas e serviços	(31.324)	(28.974)	(46.975)
Cancelamentos e descontos	(17.586)	(20.004)	(23.937)
	305.530	304.189	439.465

- (i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).
 (*) Os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses da controlada

30 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

- (i) pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas;
- (ii) fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos;
- (iii) aluguel de equipamentos de terceiros;
- (iv) gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras, talhas e ferramentas em geral);
- (v) provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável;

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de stock options, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora

Natureza	2019			2018		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(43.939)	(52.238)	(96.177)	(50.753)	(63.063)	(113.816)
Terceiros	(2.399)	(26.559)	(28.958)	(3.046)	(24.456)	(27.502)
Frete	(9.885)	(1.083)	(10.968)	(9.245)	(6.531)	(15.776)
Material construção/manutenção e reparo	(36.037)	(3.731)	(39.768)	(32.420)	(4.177)	(36.597)
Aluguel de equipamentos e outros	(3.760)	(1.149)	(4.909)	(3.517)	(14.973)	(18.490)
Viagem	(4.028)	(3.294)	(7.322)	(1.923)	(2.987)	(4.910)
Custo das mercadorias vendidas	(8.488)	-	(8.488)	(7.404)	-	(7.404)
Depreciação/Amortização	(103.967)	(23.168)	(127.135)	(113.359)	(13.325)	(126.684)
Baixa de ativos	(5.943)	(3.142)	(9.085)	(23.005)	(2.086)	(25.091)
Custo de venda com seminovos - outros	(5.892)	-	(5.892)	(31.257)	-	(31.257)
Plano de ações	-	(4.195)	(4.195)	-	(750)	(750)
Provisões	-	(2.075)	(2.075)	-	(6.994)	(6.994)
Participação nos resultados	-	(4.555)	(4.555)	-	(8.000)	(8.000)
Outros	4.339	(13.496)	(9.157)	3.927	(13.784)	(9.857)
Total	(219.999)	(138.684)	(358.683)	(272.002)	(161.126)	(433.128)

Consolidado

Natureza	2019		
	Custos diretos obras e locação	Despesas com vendas, gerais e administrativas	Total
Pessoal	(58.544)	(66.791)	(125.335)
Terceiros	(2.889)	(32.721)	(35.610)
Frete	(12.136)	(3.974)	(16.110)
Material construção/manutenção e reparo	(53.938)	(5.469)	(59.407)
Aluguel de equipamentos e outros	(580)	(2.064)	(2.644)
Viagem	(5.149)	(4.879)	(10.028)
Custo das mercadorias vendidas	(14.098)	-	(14.098)
Depreciação/Amortização	(127.465)	(34.802)	(162.267)
Baixa de ativos	(6.182)	(3.142)	(9.324)
Custo de vendas como seminovos - outros	(5.899)	-	(5.899)
Plano de ações	-	(4.195)	(4.195)
Provisões	-	(3.175)	(3.175)
Participação nos resultados	-	(9.183)	(9.183)
Outros	4.383	(18.079)	(13.693)
Total	(282.495)	(188.475)	(470.970)

31 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receitas de juros	2.082	2.033	3.201
Receitas de aplicação financeira	6.513	11.401	7.906
Descontos obtidos	173	52	203
Variação cambial e monetária ativa	816	967	2.399
Outras	-	(2)	208
	9.584	14.451	13.917

b. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Juros - empréstimos	(1.422)	(816)	(2.299)
Variações cambiais e monetárias passivas	(2.561)	(2.554)	(4.173)
Juros - debêntures	(11.634)	(22.335)	(13.438)
Comissões e tarifas bancárias	(277)	(270)	(684)
IOF	(12)	(23)	(31)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(5.062)	-	(4.869)
Outras	(1.282)	(1.280)	(2.479)
	(22.250)	(27.278)	(27.973)

32 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

a. Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

b. Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

c. Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	81.948	100.566	223.598	203.630	(16)	(7)	305.530	304.189
(-) Custos	(41.541)	(82.252)	(74.491)	(76.391)	-	-	(116.032)	(158.643)
(-) Despesas	(42.484)	(71.865)	(72.523)	(69.845)	(1.275)	(6.091)	(116.282)	(147.801)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(4.915)	(3.175)	(3.884)	904	-	(3)	(8.799)	(2.274)
(-) Depreciação e amortização	(53.060)	(58.222)	(74.075)	(68.462)	-	-	(127.135)	(126.684)
(+) Outras receitas	858	4.957	662	1.867	75	15	1.595	6.839
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	9.434	-	-	-	9.434	-
(-) Reversão estimadas por valor não recuperável e valor justo	-	(1.838)	-	(201)	-	-	-	(2.039)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(59.194)	(111.829)	8.721	(8.498)	(1.216)	(6.086)	(51.689)	(126.413)
Receita financeira	5.075	7.513	4.415	6.804	94	134	9.584	14.451
Despesa financeira	(11.129)	(13.722)	(10.651)	(13.144)	(470)	(412)	(22.250)	(27.278)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(65.248)	(118.038)	2.485	(14.838)	(1.592)	(6.364)	(64.355)	(139.240)
(-) IRPJ/CSLL	15.449	37.530	3.550	4.718	376	2.023	19.375	44.271
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(49.799)	(80.508)	6.035	(10.120)	(1.216)	(4.341)	(44.980)	(94.969)

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019

	Construção	Rental	Outros(*)	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Receita líquida	81.948	357.533	(16)	439.465
(-) Custos	(41.541)	(113.509)	-	(155.050)
(-) Despesas	(42.484)	(110.680)	(1.275)	(154.439)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(4.915)	(6.559)	-	(11.474)
(-) Depreciação e amortização	(53.060)	(109.185)	-	(162.245)
(+) Outras receitas	858	(179)	75	754
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(59.194)	17.421	(1.216)	(42.989)
Receita financeira	5.075	8.749	94	13.918
Despesa financeira	(11.129)	(16.374)	(470)	(27.973)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(65.248)	9.796	(1.592)	(57.044)
(-) IRPJ/CSLL	15.449	(3.761)	376	12.064
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(49.799)	6.035	(1.216)	(44.980)

d. Ativo por segmento de negócio

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imobilizado								
Custo de aquisição	458.877	495.431	718.522	664.852	-	-	1.177.399	1.160.283
(-) Depreciação acumulada	(308.260)	(304.775)	(471.348)	(388.064)	-	-	(779.608)	(692.839)
	150.617	190.656	247.174	276.788	-	-	397.791	467.444
Outros ativos	214.391	176.095	674.178	339.779	26.452	31.330	915.020	547.204
Ativo total	<u>365.008</u>	<u>366.751</u>	<u>921.352</u>	<u>616.567</u>	<u>26.642</u>	<u>31.330</u>	<u>1.312.812</u>	<u>1.014.648</u>
	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>	
Imobilizado								
Custo de aquisição		458.877		1.197.367		-		1.656.244
(-) Depreciação acumulada		(308.260)		(771.412)		-		(1.079.672)
		150.617		425.955		-		576.572
Outros ativos		214.391		558.481		26.452		799.323
Ativo total		<u>365.008</u>		<u>984.436</u>		<u>26.452</u>		<u>1.375.895</u>

(*) Trata-se de operações remanescentes da antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos.

33 Instrumentos financeiros

33.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	1	73.656	60.635	124.910
Swap	Valor justo por meio de resultado	1	-	-	43
Investimento Rohr	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	50.579	54.451	50.579
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	68.005	56.491	116.816
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.451	-	-
Depósitos bancários vinculados	Custo amortizado	-	-	88.810	-
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	2.545	5.712	10.215
Debêntures	Custo amortizado	-	56.367	175.473	81.343
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	16.389	15.703	26.683
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.893	-	-
Planos de opções de ações	Custo amortizado	-	56.357	52.162	56.357

33.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- **Nível 3** - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a. Valor justo do caixa e equivalente de caixa

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do Investimento Rohr

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 50.579 (R\$ 54.451 em 31 de dezembro de 2018), conforme apresentado na nota explicativa 13. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

33.3 Instrumento financeiro ao custo amortizado

a. Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

b. Debêntures

Dívida	Indicador	Valor contábil Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	24.976	-
2ª emissão de debêntures:			
2ª Série	IPCA	56.428	108.627
3ª emissão de debêntures	CDI	-	67.062
	Total	81.403	175.689

33.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

							Consolidado
							31/12/2019
	Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo swap
Banco do Brasil	8.678	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	5.885	(5.842)	43

34 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Natureza	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Riscos operacionais	1.339.943	1.365.824	2.219.677
Danos patrimoniais	480.642	523.266	613.678
Responsabilidade civil	110.000	110.500	110.500

35 Eventos subsequentes

- (a) Em 29 de agosto de 2019, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação da redução de capital da Solaris Equipamentos e Serviços S.A, subsidiária da Companhia, até R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a participação da Companhia no capital social da Solaris, com restituição mediante a entrega de ativos a Mills, nos termos do caput do art.173 da Lei das S.A.

Dessa forma, em 30 de janeiro de 2020, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Serra (ES), no valor de R\$ 2.347, passando o capital social dos atuais R\$ 238.844 para R\$ 236.497

- (b) O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão.

A Emissão será composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando, portanto, R\$ 100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais serão ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, após um ano de carência, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

- (c) A Solaris Equipamentos e Serviços S.A., controlada da Companhia, comunicou aos Debenturistas da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e não Conversíveis em Ações, em 5 de março de 2020, nos termos do disposto na Cláusula 4.10.1.2 da Escritura Particular de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da Espécie Quirografária, com Garantia Real adicional, que promoverá em 20 de abril de 2020 o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Série única em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures de série única em circulação, acrescido da Remuneração aplicável e Prêmio de 0,50% conforme clausula 4.10.1.2 do 2º Aditamento à Escritura de Emissão., conforme o caso, com pagamento de prêmio, calculados com base nos termos da referida Escritura

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 no qual destaca a importância de as Companhias Abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 (“Coronavírus”) em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. A Administração da Companhia tem acompanhando atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e sua controlada, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do COVID-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2019.

Rio de Janeiro 18 de março de 2020.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2019.

Rio de Janeiro 18 de março de 2020.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF N.º 27.093.558/0001-15
NIRE 33.3.0028974-7
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2020.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 18 de março de 2020, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e com base nos exames efetuados e no parecer, sem quaisquer ressalvas, dos Auditores Independentes relativo a tais Demonstrações Financeiras, emitido em 18 de março de 2020, e, ainda, as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia ao longo do exercício, os membros do presente órgão decidiram, por unanimidade, opinar favoravelmente acerca dos documentos referentes ao exercício de 2019, mencionados anteriormente, sem qualquer ressalva ou restrição, indicando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para os devidos fins de direito.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020.

Membros do Conselho Fiscal:

Rubens Branco da Silva

Rodrigo Fagundes Rangel

Peter Edward Cortes Mardsen
Wilson

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações dos valores adicionados	19
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	20



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Valor recuperável do ativo imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Construção

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (ix), 2.2 (xi), 2.2 (xii), 3.1, 15 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia avaliou o valor recuperável da sua Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Construção, que inclui imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), utilizando o método de fluxo de caixa descontado para determinar o valor em uso da UGC, com base em projeções econômico-financeiras do setor de Construção.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e aos julgamentos para determinar o valor recuperável da UGC de Construção, tais como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos estimados, utilizados na determinação do valor em uso da referida UGC, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e das análises para determinar o valor recuperável da UGC de Construção, conforme disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da determinação da UGC pela Companhia, da avaliação do seu valor em uso preparada pela Companhia e da metodologia utilizada por ela para determinar o valor em uso da UGC.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos.

Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros. Comparamos o valor recuperável determinado pela Companhia com o valor contábil da UGC de Construção. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável do imobilizado e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) da UGC de Construção e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

2 - Mensuração do valor justo do investimento em ações da Rohr S.A. Estrutura Tubulares

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (iii.1, c), 3.1 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia classifica o investimento em ações da Rohr S.A. Estrutura Tubulares como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.</p> <p>Para o cálculo do valor justo desse investimento utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.</p> <p>Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar o valor justo desse investimento, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos estimados, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do fluxo de caixa descontado para determinação do valor justo desse investimento.</p> <p>Avaliamos a razoabilidade das projeções preparadas pela Companhia e da metodologia utilizada para mensuração do valor justo do investimento.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do fluxo de caixa descontado e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas.</p> <p>Comparamos se o valor justo do investimento apurado com base no método de fluxo de caixa descontado foi devidamente contabilizado em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo desse investimento, os quais foram registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor justo desse investimento e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.</p>

3 - Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (vi), 3.3 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia e sua controlada possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativos, relacionados a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia e sua controlada reconhecem tais impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerarão lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos.

Devido às incertezas inerentes às projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos e ao fato de a Companhia e sua controlada exercerem um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia e sua controlada, incluindo a avaliação de política de aprovação dos orçamentos e premissas utilizadas na determinação das projeções estabelecidas pela administração da Companhia e sua controlada..

Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável.

Adicionalmente, envolvemos os nossos especialistas em finanças corporativas, que nos auxiliaram na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia e sua controlada na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros, e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas tais como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos.

Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia e sua controlada em projetar resultados futuros.

Comparamos ainda o valor recuperável dos impostos diferidos ativos determinado pela Companhia com base no resultado esperado de lucro tributável futuro e o valor contábil do imposto diferido ativo da Companhia e sua controlada.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor recuperável dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

4 - Reconhecimento da receita de locação

Conforme mencionados nas Notas Explicativas nºs 2.2 (xxi), 3.8 e 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia e sua controlada possuem receitas referentes à prestação de serviços, venda de máquinas e equipamentos e locação de ativos, sendo a sua principal fonte de receita a locação de máquinas e equipamentos, classificados como arrendamentos operacionais. A receita de locação é reconhecida de acordo com o período de locação, considerando as condições contratuais e conforme a extensão do consumo do benefício de uso das máquinas e equipamentos de locação.

O reconhecimento da receita de locação envolve julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita, de acordo com o período de locação e considerando condições contratuais, na extensão do consumo do benefício de uso dos ativos de locação.

Por essa razão e pela relevância da receita de locação no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento da receita, avaliando o desenho e a implementação dos controles internos.

Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita de locação, avaliando sua existência por meio de análise da documentação suporte, como contratos, faturas, documentos de medição do consumo do benefício de uso dos ativos de locação e, quando aplicável, inspecionamos a liquidação financeira dos recebíveis reconhecidos decorrente da locação de ativos no exercício corrente.

Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita de locação referentes aos contratos realizadas próximas da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita). Nosso trabalho incluiu a análise da documentação suporte principalmente quanto à medição do consumo do benefício de uso dos ativos de locação.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes que afetam o reconhecimento e a divulgação da receita com locação de ativos os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita de locação e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

5 - Aquisição de controle da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A.

Conforme mencionados nas Notas Explicativas nºs 1.1, 14 e 27(a) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia adquiriu participação societária em 2019 que resultou no controle da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris Participações"). Esta transação foi contabilizada conforme o CPC 15 (IFRS 3).</p> <p>As estimativas associadas com a contabilização de uma combinação de negócio envolvem julgamentos relevantes na determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, e na apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) e das divulgadas relacionadas</p> <p>Estes procedimentos envolvem julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.</p> <p>Devido ao grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas e premissas para a determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e na apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) em uma combinação de negócios, e ao impacto que eventuais alterações nas estimativas e premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento do processo implementado pela Companhia para determinar os valores justos da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, e apurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) decorrente da combinação de negócios com a Solaris Participações.</p> <p>Efetuamos a leitura dos documentos que formalizaram a aquisição, tais como: contratos de compra e venda, atas e laudos de avaliação utilizados para determinação dos valores justos acima referidos.</p> <p>Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia utilizada para mensuração dos valores justos acima referidos e avaliamos as estimativas e premissas utilizadas e os cálculos efetuados, confrontando com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais estimativas e premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais estimativas e premissas sobre os valores justos apurados.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a alocação, mensuração e a divulgação do ágio por expectativa de rentabilidade futura e dos ativos identificáveis, os quais foram ajustados pela administração.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento, a mensuração e as divulgações relacionadas à combinação de negócios com a Solaris Participações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras

do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.656	60.635	124.910
Depósitos bancários vinculados	7	-	62.000	-
Contas a receber de terceiros	8	68.005	56.491	116.803
Contas a receber de partes relacionadas	21	1.451	-	-
Estoques	9	22.006	15.297	36.337
Estoques - outros ativos mantidos para venda	10	-	58	-
IRPJ e CSLL a recuperar	11	2.376	400	7.367
Tributos a recuperar	11	3.205	4.110	6.643
Adiantamento a fornecedores		797	169	3.670
Outros ativos		4.173	5.228	6.051
Ativos mantidos para venda	12	4.224	4.989	4.224
		<u>179.893</u>	<u>209.377</u>	<u>306.005</u>
Não circulante				
Depósitos bancários vinculados	4	-	26.810	-
IRPJ e CSLL diferidos	23	233.619	205.299	309.429
Depósitos judiciais	24.a	12.182	17.194	12.463
Outros ativos		38	80	81
		<u>245.839</u>	<u>249.383</u>	<u>321.973</u>
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de resultados abrangentes				
Investimentos	13	50.579	54.451	50.579
Imobilizado	14	406.529	-	-
Intangível	15	397.791	467.444	576.575
	16	32.181	33.993	120.763
		<u>887.080</u>	<u>555.888</u>	<u>747.917</u>
Total do ativo		<u>1.312.812</u>	<u>1.014.648</u>	<u>1.375.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Passivo				
Circulante				
Contas a pagar a terceiros	17	16.389	15.703	26.670
Contas a pagar a partes relacionadas	21	2.893	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	1.940	3.177	6.543
Debêntures	19	56.367	122.552	77.417
Arrendamentos a pagar	20	12.053	-	15.171
Salários e encargos sociais		21.244	12.730	27.908
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	26	1.434	1.391	1.434
Tributos a pagar	25	7.290	2.493	9.397
Provisão para participação nos resultados	22.b	5.986	8.000	8.840
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3	3	3
Outros passivos		263	311	849
		<u>125.862</u>	<u>166.360</u>	<u>174.232</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18	605	2.535	3.671
Debêntures	19	-	52.921	3.926
Arrendamento a pagar	20	41.123	-	43.484
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	19.569	25.142	23.648
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	26	5.122	6.358	5.122
Tributos a pagar	25	-	-	641
Provisão para benefícios pós-emprego	22	12.646	10.441	12.646
Outros passivos		512	582	1.152
		<u>79.577</u>	<u>97.979</u>	<u>94.290</u>
Total do passivo		<u>205.439</u>	<u>264.339</u>	<u>268.522</u>
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	27	1.089.379	688.319	1.089.379
Reservas de capital	27	37.909	33.714	37.909
Reservas de lucros	27	10.295	55.275	10.295
Ações em tesouraria	27	(20.287)	(20.287)	(20.287)
Ajuste de avaliação patrimonial	27	(9.923)	(6.712)	(9.923)
Total do patrimônio líquido		<u>1.107.373</u>	<u>750.309</u>	<u>1.107.373</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.312.812</u>	<u>1.014.648</u>	<u>1.375.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado *
	Nota	2019	2018	2019
Receita líquida de vendas e serviços	29	305.530	304.189	439.465
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	30	(219.999)	(272.002)	(282.493)
Lucro bruto		85.531	32.187	156.972
Despesas com vendas, gerais e administrativas	30	(138.684)	(161.126)	(188.475)
Provisão para perdas de crédito esperadas	32	(8.799)	(2.274)	(11.474)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável e valor justo	13	(765)	(2.039)	(765)
Resultado de participações em investimentos	14	9.434	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.595	6.839	754
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(51.689)	(126.413)	(42.988)
Receitas financeiras	31	9.584	14.451	13.917
Despesas financeiras	31	(22.250)	(27.278)	(27.973)
Resultado financeiro líquido		(12.666)	(12.827)	(14.056)
Prejuízo antes dos impostos		(64.355)	(139.240)	(57.044)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(7.290)	-	(7.354)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	26.665	44.271	19.418
Prejuízo do exercício		(44.980)	(94.969)	(44.980)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	28	(0,23)	(0,59)	(0,23)

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2019	2018	2019
Prejuízo do exercício		(44.980)	(94.969)	(44.980)
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste de valor justo Investimento Rohr, líquido de impostos	13	(2.556)	(517)	(2.556)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Provisão para benefícios pós-emprego, líquido de impostos	22	(655)	(320)	(655)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(48.191)</u>	<u>(95.806)</u>	<u>(48.191)</u>

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de capital</u>			<u>Reservas de lucros</u>			<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Consolidado/ Controladora</u>
	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Prêmio de opções de ações</u>	<u>Custo com emissão de ações</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Ações em tesouraria</u>			
Em 31 de dezembro de 2017	<u>688.319</u>	<u>51.412</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>118.848</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>-</u>	<u>846.580</u>
Ajuste na adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	-	-	-	-	-	-	(1.215)	(1.215)
Em 1º de janeiro de 2018	<u>688.319</u>	<u>51.412</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>118.848</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(5.875)</u>	<u>(1.215)</u>	<u>845.365</u>
Prêmio de opções de ações	-	750	-	-	-	-	-	-	750
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	-	(517)	-	(517)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(320)	-	(320)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(94.969)	(94.969)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(96.184)	-	-	96.184	-
Em 31 de dezembro de 2018	<u>688.319</u>	<u>52.162</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>22.664</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(6.712)</u>	<u>-</u>	<u>750.309</u>
Aumento de Capital - Emissão de ações (aquisição Solaris Participações)	400.405	-	-	-	-	-	-	-	400.405
Prêmio de opções de ações	655	4.195	-	-	-	-	-	-	4.850
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	-	(2.556)	-	(2.556)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(655)	-	(655)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(44.980)	(44.980)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(22.316)	(22.664)	-	-	44.980	-
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.089.379</u>	<u>56.357</u>	<u>(18.448)</u>	<u>10.295</u>	<u>-</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(9.923)</u>	<u>-</u>	<u>1.107.373</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado*</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(44.980)	(94.969)	(44.980)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	127.135	126.684	162.267
Imposto de renda e contribuição social diferido	(26.665)	(44.271)	(19.418)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.076	6.994	3.174
Provisão para despesa com opções de ações	4.195	750	4.195
Benefícios Pós-Emprego	1.211	1.056	1.211
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	15.226	59.338	15.515
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	18.920	25.443	19.492
Provisão para perdas esperadas de crédito	8.799	2.274	11.474
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável líquido dos estoques mantidos para venda	-	(1.619)	-
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	765	2.039	765
Provisão para estoques de giro lento	2.002	339	5.136
Ajuste CPC 48/ IFRS 9	44	46	44
Provisão para participação nos resultados	4.555	8.000	9.183
Resultado de participações em investimentos	(9.434)	-	-
Outras provisões (reversões)	282	1.888	1.750
(Aumento)/Redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos:			
Contas a receber	(21.986)	(3.739)	(44.646)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(417)	(581)	(6.086)
Estoques	(8.473)	452	(8.807)
Tributos a recuperar	904	2.873	1.063
IRPJ e CSLL a compensar	(1.975)	6.131	(1.937)
Depósitos judiciais	5.012	(5.914)	5.067
Outros ativos	523	(1.843)	(760)
Fornecedores	3.785	(4.356)	6.031
Salários e encargos sociais	8.513	(1.455)	5.759
Participação nos resultados	(6.568)	-	(3.714)
Tributos a pagar	3.603	(4.046)	2.247
Outros passivos	(116)	(1.090)	508
Processos judiciais liquidados	(7.649)	(5.074)	(7.649)
Juros pagos	(28.178)	(35.160)	(30.990)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>51.110</u>	<u>40.190</u>	<u>85.894</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de caixa decorrente de incorporação de controlada	-	-	33.685
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	(5.008)	(2.920)	(5.445)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado*</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(5.008)</u>	<u>(2.920)</u>	<u>28.894</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento de capital	655	-	655
Depósitos bancários vinculados	88.811	61.708	88.811
Amortização de empréstimos e debêntures	(106.193)	(106.169)	(118.861)
Arrendamentos pagos	<u>(16.354)</u>	<u>-</u>	<u>(20.463)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>(33.081)</u>	<u>(44.461)</u>	<u>(49.858)</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>13.021</u>	<u>(7.191)</u>	<u>64.275</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>60.635</u>	<u>67.826</u>	<u>60.635</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>73.656</u>	<u>60.635</u>	<u>124.910</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>13.021</u>	<u>(7.191)</u>	<u>64.275</u>

Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 23.034 e que não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa.

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado*
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receitas:			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	354.439	353.166	510.376
Cancelamentos e descontos	(17.586)	(20.004)	(23.956)
Outras receitas	1.821	6.839	979
Provisão para perda de créditos esperadas	(8.799)	(2.274)	(11.474)
	<u>329.875</u>	<u>337.727</u>	<u>475.925</u>
Insumos adquiridos de terceiros:			
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(8.488)	(7.404)	(20.872)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(101.289)	(90.833)	(128.213)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	(765)	(2.039)	(765)
Baixa de ativos	(15.212)	(57.719)	(15.501)
	<u>204.121</u>	<u>179.732</u>	<u>310.574</u>
Valor adicionado bruto	204.121	179.732	310.574
Depreciação, amortização e exaustão	(127.135)	(126.684)	(162.267)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	76.986	53.048	148.307
Valor adicionado recebido em transferência:			
Receitas financeiras	9.584	14.451	13.917
Resultado de participação investimentos	9.434	-	-
	<u>96.004</u>	<u>67.499</u>	<u>162.224</u>
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal e encargos	81.752	112.119	110.355
Remuneração direta	62.886	90.535	84.783
Benefícios	14.675	16.407	19.866
FGTS	4.190	5.176	5.707
Impostos, taxas e contribuições	32.529	5.273	61.744
Federais	29.108	1.339	55.813
Estaduais	2.005	2.428	4.018
Municipais	1.416	1.506	1.914
Remuneração sobre o capital de terceiros	26.704	45.076	35.104
Juros e variações cambiais	21.793	26.586	27.374
Aluguéis	4.911	18.490	7.730
Remuneração de capitais próprios	(44.980)	(94.969)	(44.980)
Prejuízo do exercício	(44.980)	(94.969)	(44.980)
	<u>96.004</u>	<u>67.499</u>	<u>162.224</u>
Valor adicionado distribuído			

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam nove meses da controladora e apenas cinco meses (maio a setembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. Conforme descritivo apresentado na nota explicativa 32.

1.1 Incorporação da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de abril de 2019 os acionistas da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris Participações") aprovaram o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 154.346.537 ações ordinárias, no montante total de R\$ 271.803. Essas novas ações foram subscritas e integralizadas nessa data com base no acervo líquido contábil de 31 de dezembro de 2018 da Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris Equipamentos"), nos termos do laudo de avaliação emitido por empresa de avaliação independente e distribuídos na seguinte proporção:

Acionistas	Nº de ações subscritas e integralizadas	(%)
SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	104.627.677	67,79%
Sullair Argentina S.A	44.840.433	29,05%
Ricardo Vantini	4.878.427	3,16%
Total	154.346.537	100%

A partir desta data, 03 de abril de 2019, os acionistas apresentados no quadro acima tornaram-se detentores de 100% das ações da Solaris Participações e essa Companhia passou a deter 100% de participação no capital social da Solaris Equipamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ocorrida em 10 de maio de 2019, foi deliberada a aprovação da operação, nos termos do art. 256, §1º da Lei das S.A. e CVM 358/02 a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações e foram praticadas todas as demais medidas necessárias à conclusão da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris Equipamentos (“Combinação de Negócios”).

Esta incorporação resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter pela primeira vez participação societária na Solaris Equipamentos assim como seu controle. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

A incorporação da Solaris Participações foi aprovada em assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de maio de 2019. Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da Solaris Equipamentos foi avaliado pelo seu valor justo em 30 de abril de 2019 com base preliminarmente no laudo econômico financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente.

A combinação de negócios consolida o protagonismo das duas empresas no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num mix de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 9 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil.

A partir de 10 de maio de 2019, a Companhia passou a deter o controle direto da Solaris Equipamentos e a titularidade de todas as ações.

a. *Contraprestação transferida*

Em 10 de maio, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Solaris Equipamentos, cujo valor justo está descrito abaixo no item (c)-(ii).

b. *Custos de aquisição*

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de aproximadamente R\$ 1.183 em 2019 (R\$ 5.165 em 2018) referentes principalmente a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como ‘Despesas administrativas’ na demonstração de resultado.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Solaris Equipamentos na data da aquisição:

Ativo	Valor contábil 30/04/2019	Ajustes	Valor justo
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	33.767	-	33.767
Contas a receber	31.719	-	31.719
Estoques	17.370	-	17.370
Impostos a recuperar	8.626	-	8.626
Outros ativos	3.391	-	3.391
Não circulante			
Depósitos judiciais	337	-	337
Impostos diferidos	83.058	-	83.058
Imobilizado	175.677	39.257 (i)	214.934
Intangível	632	-	632
Valor dos ativos adquiridos	354.577	-	393.834
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9.499	-	9.499
Empréstimos e financiamentos	12.818	-	12.818
Debêntures	24.311	-	24.311
Impostos a pagar	2.305	-	2.305
Salários, benefícios e encargos sociais a pagar	9.578	-	9.578
Derivativos	229	-	229
Outros passivos	596	-	596
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9.480	-	9.480
Debêntures	6.186	-	6.186
Impostos a pagar	1.488	-	1.488
Provisão para contingências	4.794	-	4.794
Outros passivos	156	-	156
Valor dos passivos assumidos	81.440	-	81.440
Valor líquido dos ativos adquiridos	273.137	39.257	312.394
Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos:			
Valor contábil dos ativos líquidos	-	-	273.137
Mais-valia do ativo imobilizado (i)	-	-	39.257
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) (iii)	-	-	88.011
Contraprestação transferida, mediante aumento de capital social (vide nota explicativa nº 27) – (ii)			
	-	-	(400.405)

Não foram identificadas movimentações relevantes da data base de 30 de abril de 2019 a 10 maio de 2019 (data da aquisição).

- (i) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Solaris Equipamentos, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$ 39.257, relacionado à mais-valia de máquinas e equipamentos. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a idade operacional e o valor residual dos bens. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa 15).
- (ii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias), com o preço médio de R\$ 5,2646081101 por ação da Companhia, foi calculado com base no volume de negociação das ações da Mills na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão nos pregões realizados entre 14 de fevereiro e 29 de março de 2019. Conforme mencionado acima, com a emissão de 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, o montante total da contraprestação transferida na data de aquisição da controlada foi de R\$ 400.405.
- (iii) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	400.405
(-) Valor contábil dos ativos líquidos	(273.137)
(-) Mais-valia de ativos líquidos	(39.257)
(=) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	88.011

d. Mensuração do valor justo

A contabilização inicial da aquisição considerando a alocação do preço pago foi preliminarmente apurada no trimestre findo em 30 de junho de 2019 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra e finalizado dentro do exercício de 2019. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos foi a seguinte:

Ativos adquiridos	Método de avaliação
Máquinas e equipamentos	Para identificação da depreciação, são consideradas a vida útil, transcorrida, os valores residuais, estado de conservação e obsolescência do bem. O cálculo é feito sobre a variação da provável curva de vida útil. O valor justo do equipamento usado é determinado a partir do valor de equipamento novo, levando-se em conta a idade operacional e o valor residual, indexados a uma curva, que tem por limite a vida útil do ativo.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes (Notas Explicativas n^os 4, 6, 7, 8, 13 e 33).
- (ii) **Moeda funcional e moeda de apresentação**
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.
- (iii) **Resultado por segmento de negócio**
O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração.
- (iv) **Demonstrações de valor adicionado (DVA)**
Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2 Principais políticas contábeis

- (i) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (ii) **Depósitos bancários vinculados**
Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de cláusula contratual.
- (iii) **Instrumentos financeiros**
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

b. Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subseqüentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

a. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

(iv) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

Foi adotada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio.

Nessa abordagem foram definidas os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) da Companhia:

- Definição dos agings por segmento de negócio;
- Cálculo das perdas de crédito esperadas pelo média móvel do período histórico considerado (janeiro a dezembro de 2019).
- O cálculo é o resultado da inadimplência histórica dos últimos 12 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings em cada Unidade de Negócio; e
- São considerados no cálculo todos os agings de faturas emitidas em aberto.

(v) ***Estoques***

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Estoques - Outros ativos mantidos para venda

São representados pelos bens anteriormente componentes do ativo imobilizado da Companhia, e atualmente separados dos ativos de locação em função do objetivo de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos do CPC 16 (R1).

(vi) ***Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos***

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(vii) *Ativos mantidos para venda*

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocado ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos de benefícios a empregado, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

(viii) *Depósitos judiciais*

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 22.a).

(ix) *Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional*

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 14, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(x) **Intangíveis**

Programas de computador (Software)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados aos desenvolvimentos desses *softwares* são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os *softwares* possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 15). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(xi) **Ágio**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(xii) **Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na unidade geradora de caixa “Construção”. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(xiii) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(xv) Benefícios concedidos a empregados

Provisão para participação nos lucros e resultados

O acordo de participação nos lucros e resultados foi estruturado com o intuito de premiar os empregados, com pelo menos 90 dias trabalhados no ano base de 2019, em função do desempenho geral da Mills e, também, pelas suas competências individuais nas contribuições feitas ao negócio, dentro de sua respectiva área de atuação e cargo ocupado

O Programa de Participação Resultados de 2019 é baseado no atingimento do *EBITDA* ajustado, capturas de sinergias oriundas da combinação de negócios com a Solaris Equipamentos e metas corporativas e individuais.

O reconhecimento dessa participação, quando há, é realizado durante o exercício e o desembolso, quando devido, até o mês de abril do exercício subsequente (nota explicativa 20.a).

Planos de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições (nota explicativa 20.c).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos um programa de incentivo com ações restritas. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação.

Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas.

O valor justo das ações é reconhecido como despesa. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nos termos do contrato do plano (nota explicativa 20.d).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

(xvi) *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xvii) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(xviii) Capital social

O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xix) Recompra de ações (ações em tesouraria)

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou da reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital.

(xx) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xxi) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida *pro rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxii) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

2.3 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, divulgadas nas notas explicativas n^{os} 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 14 de março de 2019 e no dia 21 de março de 2019 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - %	
		31/12/2019	31/12/2018
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica.	100%	-

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas considerando os montantes da Controladora e os montantes levantados a partir da data de aquisição e incorporação da Solaris Participações, em maio de 2019, conforme nota explicativa 1.1 até a data-base de 31 de dezembro de 2019.

2.5 Normas vigentes em 2019

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

(i) **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Foram analisados todos os contratos de arrendamento da Companhia com prazo superior a um ano e com valores unitários dos bens arrendados acima do limite estabelecido pela norma. Para fins de adoção inicial, foi adotada a modelagem retrospectiva modificada, tendo sido analisados os contratos de arrendamento dos imóveis e veículos utilizados pela Companhia para suas unidades de negócio Construção e Rental. A taxa de desconto para determinação do valor presente líquido dos contratos acompanha o prazo de vigência de cada contrato.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 foram registrados no balanço de abertura de 2019, ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme nota explicativa 20 e quadro abaixo:

	Controladora		
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ajustes na adoção CPC06(R2) / IFRS 16	Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2019
Balanço Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	467.444	57.786	525.230
Arrendamento (passivo)	-	(57.786)	(57.786)

O quadro abaixo demonstra os efeitos da adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 reconhecidos no balanço da controlada, Solaris, em 30 de abril de 2019, último balanço antes da incorporação em 10 de maio de 2019 e possuía naquela data os seguintes montantes registrados nas rubricas do ativo imobilizado (direito de uso) R\$ 8.470 e arrendamento R\$ 8.572.

	Controlada		
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ajustes na adoção CPC06(R2) / IFRS 16	Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2019
Balanço Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	179.281	8.882	188.163
Arrendamento (passivo)	(4.240)	(8.882)	(13.122)

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 18 de dezembro de 2019 divulgou o ofício circular 02/2019 passando a orientar os aspectos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Arrendatárias na adoção da taxa de desconto e o tratamento do Pis e Cofins do passivo de arrendamento (nota explicativa 20).

- (ii) **ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**
Também em 1º de janeiro de 2019, passou a vigorar a nova norma sobre os requisitos de reconhecimento e mensuração do pronunciamento técnico CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados pela Companhia e suas controladas para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide notas explicativas 13 e 15.

3.2 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 20.

3.3 Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de *hedge*, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

3.5 Provisões para perdas de créditos esperadas

A Companhia reconhece provisão para perdas com créditos esperadas para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.2 (iv). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia.

3.6 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Companhia avaliou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2019.

3.8 Reconhecimento de receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.2 Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais.

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e *hedge*. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota explicativa 4.2 (iii).

(iii) Análise de sensibilidade

Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

				Controladora	
				Efeito no resultado	
Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	73.656	3.308	2.481	1.654

				Controladora	
				Efeito no resultado	
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
BNDÉS	TJLP	2.545	151	183	216
2ª emissão de debêntures	IPCA	56.367	6.214	6.780	7.346
2ª Série					
Total		58.912	6.365	6.963	7.562

				Consolidado	
				Efeito no resultado	
Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	124.797	5.845	4.383	2.922

				Consolidado	
				Efeito no resultado	
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	24.976	2.622	3.028	3.434
Capital de giro	CDI	7.670	940	1.074	1.208
BNDÉS	TJLP	2.545	151	183	216
2ª emissão de debêntures	IPCA	56.367	6.214	6.780	7.346
2ª Série					
Total		91.558	9.927	11.065	12.204

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

31/12/2019

Referências	Provável I	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxas			
CDI (%) (i)	4,18%	3,14%	2,09%
TJLP (%) (ii)	5,09%	6,36%	5,09%
IPCA (%) (iii)	3,75%	4,69%	3,75%

- (i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 6,75%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 2020, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2020 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 2020, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2019 foi de 61 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos conforme o modelo de perda esperada definida pelo CPC 48.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA) e (iv) pendências e protestos no Serasa.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Conta corrente			
Banco (i)	18	121	113
Aplicações			
Banco (i)	73.638	60.514	124.797
Depósitos bancários vinculados (i)	-	88.810	-
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	73.656	149.445	124.910

- (i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

4.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Controladora
Em 31 de dezembro de 2019							
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	-	-	60.423	-	-	60.423
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.047	2.078	7.012	21.518	30.563	62.218
Arrendamentos a pagar - veículos	-	196	392	1.049	141	-	1.778
Contas a pagar a terceiros	7.185	10.207	1.918	29	-	-	19.339
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	2.893	-	-	2.893
Em 31 de dezembro de 2018							
Empréstimos e financiamentos	-	294	872	2.294	-	2.674	6.134
Debêntures	-	-	-	130.813	-	60.220	191.033
Contas a pagar a terceiros	1.272	12.354	1.697	370	10	-	15.703

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019							
Capital de giro	-	112	1.778	2.466	-	3.876	8.232
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	842	2.975	78.890	-	3.949	86.656
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.344	2.625	8.842	22.498	30.563	65.872
Arrendamentos a pagar - veículos	-	338	676	2.328	523	-	3.865
Contas a pagar a terceiros	1.685	19.511	4.977	309	-	-	26.482

5 Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2019	2018	2019
Dívida bancária total	58.911	181.401	91.557
Empréstimos e Financiamentos	2.545	5.712	10.215
Debêntures bruta (vide nota explicativa nº 16)	56.367	175.689	81.342
Caixa equivalente de caixa	73.656	60.635	124.910
Depósitos bancários vinculados	-	88.810	-
Endividamento líquido	14.745	31.956	33.353
Patrimônio líquido	1.107.373	750.309	1.107.373
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	0,01	0,04	0,03

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	<u>Controladora</u>	
	2019	2018
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	14.843	5.713
Não utilizadas	203.200	9.600
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	14.843	5.713
Não utilizadas	-	-

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Caixa e bancos	18	121	113
Aplicações financeiras	73.638	60.514	124.797
	<u>73.656</u>	<u>60.635</u>	<u>124.910</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 94,80% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,29%, em 31 de dezembro de 2018).

7 Depósitos bancários vinculados

Em 19 de maio de 2017, conforme deliberado nas Atas de Assembleia Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, em função da repactuação dos termos das escrituras das debêntures, relativos aos *covenants*, foi constituída a garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de contas vinculadas, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente conforme mencionado na nota explicativa 16. A segregação entre circulante e não circulante foi feita utilizando-se a mesma segregação existente do passivo das debêntures.

	Controladora e Consolidado*	
	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	-	62.000
Não Circulante	-	26.810
	<u>-</u>	<u>88.810</u>

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 são integralmente representados pela controladora.

No dia 17 de maio de 2019 foi realizada a transferência integral dos recursos mantidos em contas vinculadas das 2ª e 3ª Emissões de Debêntures da Companhia para a sua conta de livre movimentação considerando o cumprimento das condições dispostas na Cláusula 6.10.4 do 3º Aditamento às Escrituras, qual seja, o atingimento dos *covenants* originais das Debêntures (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado ≤ 3 e Ebitda Ajustado/Despesa Financeira Líquida ≥ 2) pelo segundo trimestre consecutivo.

8 Contas a receber de terceiros

Unidade de negócio	Controladora						Consolidado		
	31/12/2019			31/12/2018			31/12/2019		
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	88.304	(66.841)	21.463	98.667	(75.017)	23.650	88.304	(66.841)	21.463
Rental	89.088	(42.546)	46.542	82.213	(49.372)	32.841	163.823	(68.483)	95.340
	177.393	(109.387)	68.005	180.880	(124.389)	56.491	252.127	(135.323)	116.803
Circulante	86.948	(18.942)	68.005	84.164	(27.673)	56.491	141.903	(25.100)	116.803
Não circulante	90.445	(90.445)	-	96.716	(96.716)	-	110.223	(110.223)	-

São consideradas no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas em aberto.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(124.389)	(133.801)	(124.389)
Ajuste aquisição Solaris até Abril/2019	-	-	(24.685)
Efeito da adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	(1.731)	-
Impacto líquido de PCE no resultado (i)	(8.799)	(2.274)	(11.474)
Baixas	23.801	13.417	25.225
	<u>(109.387)</u>	<u>(124.389)</u>	<u>(135.323)</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 11.145 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 42.779) e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 6.401 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 40.505), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 8.799 (em 31 de dezembro de 2018 resultado líquido negativo de R\$ 2.274).

A análise de vencimentos do contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
A vencer	57.680	49.463	96.798
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	1.709	1.781	1.709
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	13.360	11.056	20.714
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	4.086	4.001	7.860
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	3.285	5.161	4.722
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	6.828	12.702	10.114
Vencidos acima de 360 dias (*)	90.445	96.716	110.223
	<u>177.393</u>	<u>180.880</u>	<u>252.140</u>

- (*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

9 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Mercadorias para venda	2.252	1.963	2.268
Peças de reposição e suprimentos	23.631	15.209	44.701
Provisão para estoque de giro lento (*)	(3.877)	(1.875)	(10.632)
	<u>22.006</u>	<u>15.297</u>	<u>36.337</u>

- (*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

10 Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Foi celebrado o seguinte contrato em dólares dos Estados Unidos para a venda de manipuladores de carga:

Data do contrato	Tipo	Quantidade	Cronograma	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada
15/03/2017	Manipuladores de carga	170	Abr/2017 a Mai/2019	24.690	14.038

Os valores de custo e depreciação acumulada acima mencionados, foram transferidos do ativo de locação (imobilizado) para estoques - outros ativos mantidos para venda. Com a transferência, a depreciação desses equipamentos foi interrompida e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

O Pronunciamento Técnico CPC 16, determina que os estoques sejam mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o que for menor. O valor realizável foi calculado com base no valor total da venda, menos o valor residual dos bens transferidos para o estoque, incluindo as despesas de manutenção e frete interno a serem incorridas.

	Controladora e Consolidado(*)	
	31/12/2019	31/12/2018
Estoque - Outros ativos mantidos para venda	-	58

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 são integralmente representados pela controladora.

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
IRPJ e CSLL a recuperar (*)	2.376	400	7.367
PIS e COFINS a recuperar (**)	2.522	3.186	4.981
ICMS a recuperar (***)	320	540	988
Outros	363	384	674
	<u>5.581</u>	<u>4.510</u>	<u>14.010</u>

(*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras em 2019, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais da mesma natureza durante o exercício de 2020.

(**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.

(**) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

12 Ativos mantidos para venda

Em abril de 2017, a Companhia celebrou contratos de permuta de créditos do contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação. Esses imóveis foram postos à venda.

O Pronunciamento Técnico CPC 31, determina que um ativo deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda.

	Controladora e Consolidado(*)	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos mantidos para venda	7.028	7.028
Perda por desvalorização de ativo (i)	(2.804)	(2.039)
	<u>4.224</u>	<u>4.989</u>

- (*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.
- (i) A provisão por perda por desvalorização de ativo, que é avaliada anualmente, é o resultado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos ativos em 31 de dezembro 2019, conforme laudos de avaliação elaborados por especialistas.

13 Ativo financeiro pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de dezembro de 2019, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2018.

b. Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2019, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 65%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 16,1% entre os anos de 2020 a 2023 e de 14,5% em diante, inclusive na perpetuidade. A taxa foi obtida através de metodologia utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC) e foi considerado um prêmio por tamanho de 4,2%. Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 50.579 (R\$ 54.451 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 a variação bruta do valor justo foi de R\$ 3.872 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2018), sendo a variação líquida em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 2.556 (R\$ 517 em 31 de dezembro de 2018), considerando o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrada no patrimônio líquido da Companhia.

14 Investimentos

a. Ativos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Conforme divulgado na nota explicativa 1.1 a Solaris Participações era controladora da Solaris Equipamentos. Em 10 de maio de 2019, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, da Solaris Participações, e, como resultado desta Combinação de Negócios, a Companhia passou a deter o controle de 100% da Solaris Equipamentos.

A Solaris Equipamentos é um empresa de capital fechado e tem como objeto social a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes e a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

Informações da controlada	Solaris
	Equipamentos
	31/12/2019
Participação - %	100%
Ativo circulante	130.470
Ativo não circulante	223.279
Passivo circulante	52.728
Passivo não circulante	14.713
Patrimônio líquido	286.307
Receitas	144.261
Custos e despesas	(120.469)
Lucro antes dos impostos	23.791
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(7.312)
Lucro líquido do exercício	16.479

Movimento dos investimentos em controladas	Controladora
Saldo início do período (30/04/2019)	273.137
Ativos identificáveis avaliados ao seu valor justo em combinação de negócios	39.257
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	88.011
Redução de investimento (ii)	(3.309)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo (iii)	(7.046)
Resultado do período (i)	16.479
Saldo final do exercício (31/12/2019)	406.529

- (i) O cálculo da equivalência patrimonial contempla apenas oito meses, pois a mesma foi adquirida em 10 de maio de 2019, conforme Nota 1.1.
- (ii) Em 15 de outubro de 2019, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a primeira redução de capital da controlada, na filial São Luis, por meio de equipamentos de locação (R\$ 3.061), estoque (R\$ 236) e moveis/utensílios (R\$ 12).
- (iii) Saldo referente a oito meses (maio a dezembro de 2019) de realização da mais-valia de ativos apurada no processo de combinação de negócios.

15 Imobilizado

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.259.154	73	1.259.227	22.622	24.138	14.934	1.386	9.863	11.058	-	-	231	84.232	1.343.459
Aquisição	1.809	-	1.809	256	-	7	173	60	64	-	-	689	1.249	3.058
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	(179.605)	-	(179.605)	(4.821)	(1.179)	(138)	(316)	(237)	(119)	-	-	-	(6.810)	(186.415)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(152)	-	(152)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152)
Transferência	-	-	-	788	-	-	-	(43)	-	-	-	(745)	-	-
Reclassificação	73	(73)	-	71	-	-	-	262	-	-	-	-	333	333
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Aquisição	229	3.356	3.585	213	-	182	154	-	283	-	-	867	1.699	5.284
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.107	4.074	-	64.181	64.181
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(61.774)	-	(61.774)	(765)	-	(231)	-	-	(45)	-	-	-	(1.041)	(62.815)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(21)	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Reclassificação	-	-	-	330	-	-	-	3	-	-	-	-	333	333
Transferência	13.302	(3.073)	10.229	936	-	2	-	38	(77)	-	-	(974)	(75)	10.154
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.033.015	283	1.033.298	19.630	22.959	14.756	1.397	9.946	11.164	60.107	4.074	68	144.101	1.177.399

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(665.942)	(39)	(665.981)	(8.590)	(4.166)	(13.508)	(1.102)	(3.780)	(6.643)	-	-	-	(37.789)	(703.770)
Depreciação	(116.173)	-	(116.173)	(2.320)	(670)	(1.066)	(94)	(862)	(833)	-	-	-	(5.845)	(122.018)
Baixa/alienação e Transf p/estoques mantidos para venda	128.409	-	128.409	3.327	834	138	260	219	86	-	-	-	4.864	133.273
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(236)	-	-	-	(88)	-	-	-	-	(324)	(324)
Reclassificação	(39)	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	(42)	-	-	-	42	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Depreciação	(106.290)	-	(106.290)	(1.875)	(617)	(323)	(98)	(871)	(807)	(10.857)	(2.243)	-	(17.691)	(123.981)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	46.746	-	46.746	637	-	231	-	-	33	-	-	-	900	47.646
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)	(280)
Transferência	(10.200)	-	(10.200)	-	-	-	-	-	46	-	-	-	46	(10.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(723.489)	-	(723.489)	(9.290)	(4.619)	(14.529)	(1.034)	(5.429)	(8.118)	(10.857)	(2.243)	-	(56.119)	(779.608)
Taxas anuais de depreciação - %	10	10	-	10	4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2018	427.534	-	427.534	11.055	18.957	367	307	5.436	3.613	-	-	175	39.910	467.444
Saldo em 31 de dezembro de 2019	309.526	283	309.809	10.340	18.340	227	363	4.517	3.046	49.250	1.831	68	87.982	397.791

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a immobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Adição por aquisição de controlada	428.030	5.957	433.987	7.083	-	2.302	896	569	2.954	6.320	2.562	-	22.686	456.673
Mais-valia do ativo imobilizado	39.091	-	39.091	-	-	-	166	-	-	-	-	-	166	39.257
Aquisição	1.350	4.843	6.193	213	-	413	154	33	351	-	-	867	2.030	8.223
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.626	4.987	-	66.613	66.613
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(83.515)	-	(83.515)	(932)	-	(271)	-	-	(68)	-	-	-	(1.271)	(84.786)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	(507)	-	(507)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(507)
Reclassificação	-	-	-	330	-	-	-	3	-	-	-	-	333	333
Transferência	14.413	(4.196)	10.217	936	-	2	-	38	(77)	-	-	(974)	(75)	10.142
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.480.141	6.604	1.486.745	26.546	22.959	17.247	2.459	10.548	14.163	67.946	7.549	68	169.485	1.656.232

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

Depreciação acumulada	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Adição por aquisição de controlada	(270.061)	-	(270.061)	(4.470)	-	(1.348)	(879)	(337)	(2.078)	(1.326)	(486)	-	(10.924)	(280.985)
Mais-valia do ativo imobilizado	(7.046)	-	(7.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.046)
Depreciação	(131.211)	-	(131.211)	(2.445)	(617)	(549)	(102)	(898)	(939)	(13.751)	(3.105)	-	(22.406)	(153.617)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	64.226	-	64.226	761	-	231	-	-	41	-	-	-	1.033	65.259
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)	(280)
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	(10.200)	-	(10.200)	-	-	2	-	-	46	-	-	-	47	(10.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.008.036)	-	(1.008.036)	(14.206)	(4.619)	(16.100)	(1.917)	(5.794)	(10.319)	(15.077)	(3.591)	-	(71.623)	(1.079.659)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2018	427.534	-	427.534	11.055	18.957	367	307	5.436	3.613	-	-	175	39.910	467.444
Saldo em 31 de dezembro de 2019	472.106	6.605	478.711	12.340	18.340	1.147	542	4.754	3.845	52.869	3.958	68	97.863	576.575

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de dezembro de 2019 por grupamento:

	Controladora	Consolidado
Escoramentos	134	134
Plataformas e manipuladores	3.345	4.175
Máquinas e equipamentos	95	166
Instalações	41	88
Móveis e utensílios	293	365
Benfeitorias em propriedade de terceiros	594	594
Computadores e periféricos	184	574
	<u>4.686</u>	<u>6.096</u>

A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2019 a R\$ 127.443 e R\$ 34.802 (31 de dezembro de 2018 R\$ 113.359 e R\$ 8.659), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 18).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

a. Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

b. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração não identificou indicadores de impairment para a Unidade de Negócio Rental (UGC) ao longo de 2019, com base no CPC 01. Em função disso, não efetuou testes e nem aplicou ajustes de impairment por entender que não há ajustes de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos dessa Unidade de Negócio a serem constituídos. Para a Unidade de Negócio Construção, a Administração entende que há indicadores de perda e efetuou o teste de *impairment* para 31 de dezembro de 2019. O valor recuperável desse conjunto de ativos de Construção foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 65%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 12,5% para o período 2020 e 2021 e 11,8% para os demais anos, inclusive na perpetuidade. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade.

16 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	52.203	3.156	43	13.376	68.778
Aquisição	926	-	565	-	1.491
Alienação	-	-	-	-	-
Transferência	92	-	(92)	-	-
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	183	13.376	69.936
Aquisição	922	-	2.294	-	3.216
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	54.143	3.156	2.145	13.376	72.820
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(25.692)	(878)	-	(4.232)	(30.802)
Amortização	(4.666)	-	-	-	(4.666)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(476)	-	-	-	(476)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Amortização	(4.260)	-	-	-	(4.260)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(35.528)	(878)	-	(4.232)	(40.639)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.388	2.278	183	9.144	33.993
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.615	2.278	2.145	9.144	32.181
	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	184	13.376	69.937
Adição por aquisição de controlada	1.741	8	-	-	1.749
Ágio por aquisição de controlada	-	-	-	88.011	88.011
Aquisição	1.016	-	2.294	-	3.310
Reclassificação	-	-	(334)	-	(334)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.977	3.164	2.145	101.387	162.673
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Adição por aquisição de controlada	(1.116)	-	-	-	(1.116)
Amortização	(4.415)	-	-	-	(4.415)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.800)	(878)	-	(4.232)	(41.910)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.338	2.278	184	9.144	33.993
Saldos em 31 de dezembro de 2019	19.177	2.286	2.145	97.155	120.763

a. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio reconhecido na Controladora é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 15 e a Administração concluiu da mesma forma que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo.

b. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado na demonstração financeira consolidada é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, no valor de R\$ 88.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que no balanço da Controladora, deve permanecer na rubrica de investimentos.

Sendo este ágio decorrente de uma transação recente de mercado, o que melhor representa o valor recuperável desse ativo, a Administração não identificou nenhum fato ou evento que justificasse uma provisão para redução ao valor recuperável do ágio durante o período de aquisição, 10 de maio de 2019, até término do exercício de 2019.

17 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Fornecedores nacionais – Terceiros	15.885	15.219	23.329
Fornecedores estrangeiros – Terceiros	504	484	3.341
	<u>16.389</u>	<u>15.703</u>	<u>26.670</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% a.a e CDI acrescidos de 3,10% a 5% a.a. com amortizações em bases mensais até outubro de 2022.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Circulante	1.940	3.177	6.543
Não circulante	605	2.535	3.671
Total - Empréstimos e financiamentos	2.545	5.712	10.214

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 são:

Empresa	Instituições financeiras
Mills	Banco do Brasil
Mills	Itaú BBA
Solaris Equipamentos	Banco do Brasil
Solaris Equipamentos	Banco ABC

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Garantias concedidas:			
Alienação fiduciária (*)	26.993	26.993	78.506

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME, *leasing* e capital de giro.

As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
2020	1.940	6.543
2021	605	3.670
	2.545	10.214

O empréstimo da Companhia referente ao FINAME vinculado ao Itaú BBA possui cláusulas restritivas de *covenants* com os seguintes parâmetros pré-estabelecidos:

1. Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (iii) pelo EBITDA (i) deverá ser igual ou inferior a 3; e
2. Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iv) deverá ser igual ou superior a 2.

3. “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

As definições dos itens (iii) e (iv), já estão apresentadas na nota explicativa 19.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atingiu os índices de *covenants* definidos acima.

19 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado
						31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
1ª emissão – Solaris (i)	Única	80.000	mar/14	fev/21	100% do CDI + 4%	-	-	24.976
2ª emissão - Mills (ii)	2ª série	109.060	ago/12	ago/20	IPCA + 7,00 a.a.	56.428	108.627	56.428
Custo de emissão						(61)	(152)	(61)
						56.367	108.475	56.367
3ª emissão - Mills (iii)	Única	200.000	mai/14	mai/19	116,00% CDI	-	67.062	-
Custo de emissão						-	(64)	-
						-	66.998	-
Total controladora						56.367	175.473	-
Total consolidado						-	-	81.343
Circulante						56.367	122.552	77.417
Não circulante						-	52.921	3.926

a. 1ª emissão de debêntures (controlada – Solaris Equipamentos)

Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R\$80.000, valor nominal unitário de R\$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de “spread”, com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 3 de junho de 2017, foi aprovado pelos Debenturistas o primeiro aditamento do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, que contempla as seguintes principais alterações:

- (a) Alteração da data de vencimento inicial das debêntures, de 20 de março de 2019 para 20 de março de 2020.

- (b) Alteração da data de amortização das debêntures e os percentuais de amortização, de forma a conceder um prazo de carência de nove meses no pagamento do saldo, ou seja, as parcelas de amortização do principal de 20 de junho de 2017 a 20 de janeiro de 2018, passam a ser devidas a partir de 20 de fevereiro de 2018.
- (c) Alteração do spread de 2,40% para 4,50%, a partir de 20 de junho de 2017.
- (d) Alteração do percentual de prêmio aplicável ao resgate antecipado total e amortização extraordinária facultativa das debêntures.

Em 14 de março de 2018, foi aprovado pelos Debenturistas o segundo aditamento do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, que contempla as seguintes principais alterações:

- (a) Alteração da data de vencimento das debêntures, que passará de 20 de março de 2020 para 20 de fevereiro de 2021.
- (b) Alteração da amortização do valor nominal unitário das debêntures, que começou a ser amortizado em 20 de março de 2015, e terá um total de 63 parcelas mensais, com último vencimento em 20 de fevereiro de 2021.
- (c) “Waiver” dos debenturistas referente a antecipação do vencimento das debêntures no exercício de 2017, pelo fato da Companhia ter apresentado índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA maior a 2,5.
- (d) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,0 no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018 e não deverá ser maior ou igual a 2,5 no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), até a data de vencimento.
- (e) Alteração do spread de 4,50% para 4,00%, a partir de 21 de março de 2018 até a data de vencimento.
- (f) Alteração do percentual de prêmio aplicável ao resgate antecipado total e amortização extraordinária facultativa das debêntures.
- (g) Em 25 de março de 2019, foi concedida pelos Debenturistas anuência prévia para a realização de operações societárias, por meio das quais a Companhia passou a ser uma subsidiária integral da Mills conforme divulgado em fato relevante de 21 de dezembro de 2018.

b. Covenants

As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo:

- (a) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual.
- (b) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,0 (três inteiros) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), até a data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida da Controlada totalizou R\$ 28.089 (R\$28.089 em 2018), sendo o total de “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” de R\$ 32.376 (R\$32.376 em 2018), gerando um índice financeiro (dívida líquida / EBITDA) de 0,87 (0,87 em 2018).

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Controlada atingiu todos os *covenants* as quais estava sujeita.

c. 2ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

As debêntures constantes no quadro acima, terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- **2ª serie** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.
- Em agosto de 2019, foi efetuado o pagamento no montante de R\$ 61.832 referente a segunda emissão de debêntures.

d. 3ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 200.000, e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a remuneração passou a 116,00% do CDI. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em maio de 2019, foi efetuado o pagamento da última parcela, no montante de R\$ 66.944 referente a terceira emissão de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 72.060 no passivo circulante e de R\$ 9.814 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 71.976 e R\$ 9.814 (em 31 de dezembro de 2018, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 122.707 no passivo circulante e de R\$ 52.982 no passivo não circulante, e R\$ 122.552 e R\$ 52.921 líquidos dos custos de transação).

As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram:

- (a) Substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO, para o cálculo de *covenants* para fins de vencimento antecipado;
- (b) Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente;
- (c) Manutenção do EBITDA nos *covenants* para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas;
- (d) Repactuação de taxas de juros conforme descrito acima;
- (e) Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%;
- (f) Restrição de mútuos entre partes relacionadas.

Caso haja o atingimento dos *covenants* originais (EBITDA) por dois trimestres consecutivos, ocorre a liberação da conta vinculada. Esses indicadores passam a ser os aferidos a partir desta data. Havendo descumprimento dos mesmos, a conta vinculada é restabelecida com a substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional – FCO (iii), para o cálculo de *covenants*.

As principais deliberações das Assembleias de Debenturistas de 22 de fevereiro de 2019, foram:

- (a) Anuência prévia para a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A., no contexto da combinação de negócios divulgada em fato relevante de 21 de dezembro de 2018
- (b) Permissão para realização de operações de mútuo com suas controladas ou sociedades coligadas no montante de até R\$ 25.000;
- (c) Alteração do mecanismo da conta vinculada das Debêntures, prevista nos respectivos contratos de cessão fiduciária, a fim de permitir a utilização de parte de tais recursos na amortização das parcelas das Debêntures;
- (d) De outras matérias relacionadas na ordem do dia, conforme atas das assembleias de debenturistas disponíveis, em sua integralidade, no site www.mills.com.br/ri e no site da CVM.

e. Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 3.
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (ii) deverá ser igual ou superior a 2.

- (3) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
- (4) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada;
- (5) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e
- (6) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, todos os *covenants originais* estão sendo cumpridos.

20 Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

a. Reconhecimento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;

- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois de acordo com a norma são isentos de tratamento como arrendamento.

b. Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária. Durante o exercício corrente, o efeito financeiro da revisão dos prazos de arrendamentos a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação estão demonstradas a seguir: partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Os direitos de uso passaram a ser reconhecidos no ativo, sujeitos à depreciação e os arrendamentos passam a ser reconhecidos no passivo, tal como os *leasings* financeiros, sujeitos à atualização monetária e amortizados pelo pagamento do arrendamento.

Como resultado da aplicação inicial da norma contábil, a Companhia e sua Controlada reconheceram R\$ 66.669 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

c. Movimentação do direito de uso – Ativo

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Direito de uso			
Veículos			
Adoção inicial	3.649	-	6.211
Remensuração (*)	43	-	(1.158)
Atualização de contratos	500	-	2.613
Baixas	(118)	-	(123)
Depreciação acumulada	(2.242)	-	(3.583)
Imobilizado líquido	1.831	-	3.959

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Imóveis			
Adoção inicial	54.137	-	60.458
Remensuração (*)	5.539	-	7.358
Atualização de contratos	2.214	-	2.521
Baixas	(1.783)	-	(2.391)
Depreciação acumulada	<u>(10.858)</u>	<u>-</u>	<u>(15.079)</u>
Imobilizado líquido	49.249	-	52.867

d. Movimentação do arrendamento – Passivo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Passivo de arrendamento			
Veículos			
Adoção inicial	3.649	-	6.211
Remensuração (*)	43	-	(1.158)
Atualização de contratos	500	-	1.914
Baixas	(118)	-	(118)
Pagamentos	(2.396)	-	(3.946)
Encargos financeiros	<u>212</u>	<u>-</u>	<u>842</u>
Arrendamentos a pagar	1.890	-	3.745
Imóveis			
Adoção inicial	54.137	-	60.458
Remensuração (*)	5.539	-	7.358
Atualização de contratos	2.214	-	2.521
Baixas	(1.770)	-	(2.391)
Pagamentos	(13.958)	-	(18.512)
Encargos financeiros	<u>5.123</u>	<u>-</u>	<u>5.474</u>
Arrendamentos a pagar	51.286	-	54.908
Circulante	12.053	-	15.171
Não circulante	41.123	-	43.484

(*) Remensuração calculada no 4º trimestre baseada na orientação CVM através de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos.

e. Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos de contrato	Imóveis	Taxa a.a. Veículos
2020	7,90%	7,94%
2021	8,02%	8,05%
2022	8,62%	-
2023	9,04%	-
2024	9,42%	-
2025	9,63%	-
2026	9,81%	-
2029	10,07%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2019:

Prazos de pagamento	Inflação projetada(*)	Controladora		Consolidado	
		Imóveis	Veículos	Imóveis	Veículos
2020	3,04%	13.188	1.804	16.117	3.672
2021	3,44%	12.054	155	13.046	587
2022	4,08%	11.250	-	11.328	-
2023	4,23%	8.405	-	8.405	-
2024	4,43%	7.352	-	7.352	-
2025 a 2027	4,56%	12.961	-	12.961	-
2028 a 2029	4,69%	3.024	-	3.024	-
Fluxo nominal total dos pagamentos futuros		68.234	1.959	72.233	4.259
Encargos financeiros embutidos		(16.947)	(70)	(17.323)	(515)
Fluxo real total dos pagamentos futuros		51.287	1.889	54.910	3.744
Circulante		10.248	1.804	11.935	3.235
Não Circulante		41.039	85	42.975	509

(*) Taxa obtida conforme projeção de IPCA para as NTN-Bs.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Alíquota	Controladora		Consolidado	
		Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação	-	70.193	53.176	76.492	58.655
PIS/COFINS potencial	9,25%	6.493	4.919	7.076	5.426

21 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b. Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Salários e encargos - Diretoria	6.135	6.381	7.525
Honorários do Conselho de Administração	3.604	2.388	3.604
Participação nos resultados	1.712	720	1.712
Pagamentos com base em ações	273	468	273
Total	11.724	9.957	13.114

c. Transações com empresas controladas

Os montantes referentes às transações intercompany estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

Empresa	Natureza	31/12/2019			
		Contas a receber	Contas a pagar	Receita de sublocação	Despesa com sublocação
Solaris Equipamentos	Sublocação de equipamentos	1.451	2.893	1.725	3.446

22 Benefícios a empregados

a. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2019 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1)

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/12/2019	31/12/2018
Benefício pós-emprego	12.646	10.441

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 são integralmente representados pela controladora.

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas e financeiras

	2019
Taxa de desconto	7,08% a.a. (3,46% real a.a.)
Inflação Médica (HCCTR)	6,61% a.a. (3,00% real a.a.)
Aging Factor	3,00% a.a.
Inflação de longo prazo	3,50% a.a.

Hipóteses biométricas e demográficas

	2019
Taxa de desligamento (*)	85% / (TS+1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Idade de aposentadoria	100% aos 60 anos
Probabilidade de Adesão	10%
Composição familiar antes da aposentadoria/Probabilidade de casados	90% dos participantes
Composição familiar antes da aposentadoria/Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 4 anos mais velho que a mulher
Composição familiar após a aposentadoria	Composição real do grupo familiar

(*) TS = tempo de serviço.

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: custos médicos e taxa de desconto. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019 demonstradas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do exercício das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança de premissa	Diminuição do passivo	Mudança de premissa	Aumento do passivo
Mudança no PBO - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	3.367	diminuição de 1,0 p.p	2.542
Mudança na despesa - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	414	diminuição de 1,0 p.p	297
Mudança no PBO - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	1.346	diminuição de 0,5 p.p	1.563
Mudança na despesa - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	95	diminuição de 0,5 p.p	110

b. Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Os riscos inerentes identificados ao benefício pós-emprego são: (i) risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente; e (ii) risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

c. Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados de 2019 é baseado no atingimento do *EBITDA* ajustado, capturas de sinergias oriundas da combinação de negócios com a Solaris Equipamentos e metas corporativas e individuais. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados em 2019 são elegíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo registrado é de R\$ 8.840.

d. Plano de opção de compra de ações e ações restritas

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(164)	513
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(102)	158
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	(220)	(831)	649

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

- (i) A criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações;
- (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento;
- (iii) A definição dos prazos e condições de exercício das opções; e
- (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 23.b).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/12/2019	31/12/2018
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	587	587
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-

	31/12/2019	31/12/2018
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	856	856
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	513	513
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	164	164
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	158	188
Número de opções canceladas (milhares)	102	72
Programa 2016:		
Reserva de capital	2.111	1.699
Número de opções a exercer (milhares)	649	895
Número de opções exercidas (milhares)	220	-
Número de opções canceladas (milhares)	831	805
Total registrado como patrimônio (acumulado)	52.497	52.086
Efeito no resultado	412	(673)

e. Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

	Ações em milhares					
	Data da outorga	Data final de exercício	Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2018	19/11/2018	18/11/2021	868	-	-	868
Programa 2019	14/08/2019	31/12/2021	858	-	-	858

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 18 de junho de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação da proposta de criação de um Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, com conseqüente convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre sua aprovação.

Em 18 de julho de 2018, a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a aprovação do Plano de incentivo com ações restritas, conforme proposto pelo Conselho de Administração.

Em 18 de agosto de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a adoção do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 18 de novembro de 2018, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de agosto de 2018, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Em 14 de agosto de 2019, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2019, no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2018	3,17	3,18	0,00	54,56%	0,00%	5,04%	36 meses

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2019	7,43	7,44	0,00	55,71%	0,00%	2,36%	29 meses

	31/12/2019	31/12/2018
Plano 2018:		
Reserva de capital	2.759	77
Número de opções a exercer (milhares)	868	868
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Plano 2019:		
Reserva de capital	1.101	77
Número de opções a exercer (milhares)	858	868
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	3.860	77
Efeito no resultado	3.783	(77)

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição Social	(64.355)	(139.240)	(57.044)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	21.881	47.342	19.395
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(1.177)	(3.071)	(655)
Ajustes de glosa <i>leasing</i> (**)	(4.536)	-	(4.536)
Resultado de equivalência patrimonial	3.208	-	(2.092)
Outros	-	-	(47)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19.375	44.271	12.064
Alíquota efetiva	30%	32%	21%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

(**) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos (Nota 22).

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	Controladora			Consolidado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	31/12/2019
Ágio GP Andaimos Sul Locadora	(672)	-	-	(672)	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)	(2.437)
Ajuste IRFS 9 - Caixa e equivalentes de caixa	(15)	-	(15)	(30)	(30)
Arrendamento financeiro	(208)	2.543	208	2.543	(11.422)
Atualização depósito judicial	(1.758)	(152)	10	(1.900)	(1.900)
Debêntures	(73)	-	52	(21)	(21)
Depreciação acelerada	(3.012)	-	753	(2.259)	(2.585)
Hedge sobre imobilizado	(420)	-	132	(288)	(288)
Variação cambial ativa	(387)	(129)	-	(516)	(516)
Ágio SGC III	-	-	-	-	4.194
Ajuste de valor justo - Rohr	2.296	1.316	-	3.612	3.612
Ajuste PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	-	-	588	1.219
Arrendamento_IFRS 16	-	706	-	706	660
Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48 IFRS 9	36	-	-	36	36
Benefício pós-emprego	359	412	-	771	771
Benefício pós-emprego (ajuste inicial)	3.191	338	-	3.529	3.529
Gratificações a pagar	735	938	(798)	875	875
Outros provisões	-	-	-	-	1.413
Perda por desvalorização do ativo	693	260	-	953	953
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	165.960	22.766	-	188.726	267.436
Perdas estimadas por valor não recuperável - Rohr	8.906	-	-	8.906	8.906
Provisão de estoques de giro lento	637	681	-	1.318	3.615
Provisão de participação nos lucros e resultados	2.720	-	(685)	2.035	2.310
Provisão para perdas de créditos esperadas	9.378	-	(1.642)	7.736	8.974
Provisão para descontos e cancelamentos	-	1.176	(483)	693	693
Provisão para realização do crédito tributário	29	-	-	29	29
Provisões de custos e despesas	1.247	-	(1.085)	162	162
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.549	2.172	(4.068)	6.653	8.041
Stock options	8.494	2.797	-	11.292	11.292
Variação cambial passiva	463	116	-	579	579
	205.299	35.942	(7.621)	233.619	309.429

c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.736, conforme quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	588
Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48/IFRS 9	36	36
Ajuste de valor justo no investimento na Rohr	1.583	267
Provisão para benefícios pós-emprego	3.529	3.191
Total	5.736	4.082

d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir

Natureza	Fundamentos para realização
<i>Stock option</i>	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
<i>Hedge</i> sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perda - processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para perdas de crédito esperadas	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Provisão de <i>Hedge</i> (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

- (i) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia.

As ações com vistas à geração de lucro tributável são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção.

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos existentes em 31 de dezembro de 2019:

IR e CSLL diferidos ativos	Controladora	Consolidado
2020	-	5.469
2021	6.583	16.258
2022	22.088	40.560
2023	35.060	58.514
2024 e 2025	84.823	103.565
2026 a 2027	85.065	85.064
	<hr/>	<hr/>
Total	233.619	309.429
	<hr/>	<hr/>

24 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Tributários (i)	5.030	4.884	5.030
Cíveis (ii)	1.547	6.457	2.311
Trabalhistas (iii)	10.489	10.127	13.804
Honorários de êxito (iv)	2.503	2.607	2.503
Honorários de sucumbência (v)	-	1.067	-
	<u>19.569</u>	<u>25.142</u>	<u>23.648</u>

- (i) Refere-se ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações. Em dezembro de 2018 foi registrada provisão por ação de indenização por danos morais e materiais movidas contra a Companhia. Com o desfecho desfavorável da ação para a Companhia, o depósito judicial que garantia a causa foi levantado em 2019 pelo autor e a indenização reconhecida no resultado da Companhia, e, em consequência, a provisão anteriormente constituída, foi revertida.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável, à Companhia, dos processos.
- (v) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia. No trimestre a Companhia conseguiu reverter os honorários de sucumbência de uma ação tributária por prescrição.

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	25.142	21.364	25.142
Ajuste aquisição Solaris Equipamentos até Abril/2019	-	-	4.795
Constituições	4.107	9.450	5.599
Atualizações monetárias	1.988	1.859	1.988
Reversões/baixas	(11.668)	(7.531)	(13.876)
Saldo no exercício	19.569	25.142	23.648

A principal movimentação no exercício de 2019 está relacionada à decisão desfavorável à Companhia sobre uma contingencia cível, conforme mencionado no item (“ii”) acima.

a. Composição dos depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Tributários (i)	8.733	8.326	8.771
Trabalhistas (ii)	3.448	3.110	3.591
Cíveis (iii)	-	5.758	101
	12.182	17.194	12.463

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 8.633. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 4.590, como informado abaixo nas contingências tributárias item “i”, (subitem “a”), e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica é de R\$ 3.809. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iii) Depósito judicial relativo a uma ação de indenização por danos materiais e morais da qual a companhia é ré constituído em dezembro de 2018. Em razão do desfecho desfavorável à Companhia no primeiro trimestre de 2019, o depósito foi levantado.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributárias (i)	63.929	54.543	76.818
Cíveis (ii)	13.152	7.593	13.596
Trabalhista (iii)	<u>11.332</u>	<u>10.594</u>	<u>12.480</u>
	<u>88.414</u>	<u>72.730</u>	<u>102.894</u>

(i) Tributárias, principais itens:

- (a) Auto de Infração de ICMS, recebido pelo controlada Sullair, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$59 mil de principal que perfaz um total de cerca de R\$183 mil acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.
- (b) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (c) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (d) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea;
- (f) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (g) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº. 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

- (a) A variação foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda remota para possível, referente a um processo de indenização por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

25 Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
IRPJ/CSLL	-	-	278
IRRF*	943	-	955
PIS e COFINS*	5.564	1.825	7.168
PIS e COFINS diferido	-	-	588
INSS	-	42	31
ICMS	198	113	328
ISS	178	122	234
Outros	408	391	457
	<u>7.290</u>	<u>2.493</u>	<u>10.038</u>
Circulante	7.290	2.493	9.397
Não circulante	-	-	641

(*) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos (Nota 22).

26 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
 - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004)
 - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT. INSS - Contribuição adicional ao SAT.

Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1º Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (a) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

- (b) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Baixas	Adições	Atualizações SELIC	Saldo em 31 de dezembro de 2019
PIS	1.289	(304)	-	115	1.100
COFINS	4.011	(944)	-	357	3.424
IRPJ	1.646	(388)	-	147	1.406
CSLL	155	(37)	-	14	132
INSS	648	(202)	-	49	494
	<u>7.749</u>	<u>(1.874)</u>	<u>-</u>	<u>682</u>	<u>6.556</u>
Circulante	1.391	-	-	-	1.434
Não Circulante	6.358	-	-	-	5.122

27 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

Em 10 de maio de 2019, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris Equipamentos, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Solaris Equipamentos (vide nota explicativa 1.1).

No dia 20 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 643, totalizando emissão de 219.500 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais participarão em igualdade de condições de todos os benefícios, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídos, referente ao Programa 1/2016 de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Programa 1/2016").

No dia 5 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 12, totalizando emissão de 4.250 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais participarão em igualdade de condições de todos os benefícios, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídos, referente ao Programa 1/2016 de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Programa 1/2016").

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, é representado pelo valor de R\$ 1.089.379 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 688.319) dividido em 251.866 mil (31 de dezembro de 2018 - 175.586 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Acionistas				
Andres Cristian Nacht ¹	13.817	5,49%	13.817	7,87%
Snow Petrel S.L.	23.677	9,40%	23.677	13,48%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ⁴	23.044	9,15%	23.044	13,12%
Família Nacht (total)	60.538	24,04%	60.538	34,47%
SCG III Fundo de Investimento em Participações ⁷	51.556	20,47%	-	-
Sullair Argentina S.A. ⁶	22.096	8,77%	-	-
Fundo de Investimento em participações Axxon Brazil Private Equity Fund II ²	12.294	4,88%	12.294	7,00%
Fama Investimentos Ltda. ³	9.123	3,62%	8.789	5,01%
Brandes Investment Partners ⁵	0	0%	17.459	9,94%
Outros	96.259	38,22%	76.506	43,58%
	251.866	100,00 %	175.586	100,00 %

1. Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, dividindo esse valor entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
2. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

3. Em 25 de março de 2019, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
4. Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.
5. Em 18 de março de 2019, a Brandes Investment Partners, LP passou a deter 4,53% do total de ações de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
6. Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia.
7. Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia, o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

b.3 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 56.357, referente aos planos de *stock options* para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 37.909 como reserva de capital em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 33.714).

d. Ações em Tesouraria

O saldo das ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777 e a alienação de ações no montante de R\$ 47.

28 Resultado por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>Controladora e Consolidado (*)</u>	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(44.980)	(94.969)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	198.678	160.540
Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,23)	(0,59)

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>Controladora e Consolidado (*)</u>	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(44.980)	(94.969)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	198.678	160.540
Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,23)	(0,59)

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são integralmente representados pela controladora.

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de dezembro de 2019 por conta das ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

29 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora		Consolidado (*)
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Locação	291.702	274.400	428.584
Vendas de novos	14.778	13.456	26.243
Venda de seminovos	9.321	29.833	16.917
Venda de seminovos (outros)	12.178	15.099	12.189
Assistência técnica	8.069	6.825	8.052
Indenizações	11.770	7.832	11.770
Outros (i)	6.622	5.722	6.622
Total receita bruta	354.440	353.166	510.377
Impostos sobre vendas e serviços	(31.324)	(28.974)	(46.975)
Cancelamentos e descontos	(17.586)	(20.004)	(23.937)
	305.530	304.189	439.465

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

(*) Os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses da controlada

30 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

- (i) pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas;
- (ii) fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos;
- (iii) aluguel de equipamentos de terceiros;
- (iv) gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras, talhas e ferramentas em geral);
- (v) provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável;

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de stock options, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora

Natureza	2019			2018		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(43.939)	(52.238)	(96.177)	(50.753)	(63.063)	(113.816)
Terceiros	(2.399)	(26.559)	(28.958)	(3.046)	(24.456)	(27.502)
Frete	(9.885)	(1.083)	(10.968)	(9.245)	(6.531)	(15.776)
Material construção/manutenção e reparo	(36.037)	(3.731)	(39.768)	(32.420)	(4.177)	(36.597)
Aluguel de equipamentos e outros	(3.760)	(1.149)	(4.909)	(3.517)	(14.973)	(18.490)
Viagem	(4.028)	(3.294)	(7.322)	(1.923)	(2.987)	(4.910)
Custo das mercadorias vendidas	(8.488)	-	(8.488)	(7.404)	-	(7.404)
Depreciação/Amortização	(103.967)	(23.168)	(127.135)	(113.359)	(13.325)	(126.684)
Baixa de ativos	(5.943)	(3.142)	(9.085)	(23.005)	(2.086)	(25.091)
Custo de venda com seminovos - outros	(5.892)	-	(5.892)	(31.257)	-	(31.257)
Plano de ações	-	(4.195)	(4.195)	-	(750)	(750)
Provisões	-	(2.075)	(2.075)	-	(6.994)	(6.994)
Participação nos resultados	-	(4.555)	(4.555)	-	(8.000)	(8.000)
Outros	4.339	(13.496)	(9.157)	3.927	(13.784)	(9.857)
Total	(219.999)	(138.684)	(358.683)	(272.002)	(161.126)	(433.128)

Consolidado

Natureza	2019		
	Custos diretos obras e locação	Despesas com vendas, gerais e administrativas	Total
Pessoal	(58.544)	(66.791)	(125.335)
Terceiros	(2.889)	(32.721)	(35.610)
Frete	(12.136)	(3.974)	(16.110)
Material construção/manutenção e reparo	(53.938)	(5.469)	(59.407)
Aluguel de equipamentos e outros	(580)	(2.064)	(2.644)
Viagem	(5.149)	(4.879)	(10.028)
Custo das mercadorias vendidas	(14.098)	-	(14.098)
Depreciação/Amortização	(127.465)	(34.802)	(162.267)
Baixa de ativos	(6.182)	(3.142)	(9.324)
Custo de vendas como seminovos - outros	(5.899)	-	(5.899)
Plano de ações	-	(4.195)	(4.195)
Provisões	-	(3.175)	(3.175)
Participação nos resultados	-	(9.183)	(9.183)
Outros	4.383	(18.079)	(13.693)
Total	(282.495)	(188.475)	(470.970)

31 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receitas de juros	2.082	2.033	3.201
Receitas de aplicação financeira	6.513	11.401	7.906
Descontos obtidos	173	52	203
Variação cambial e monetária ativa	816	967	2.399
Outras	-	(2)	208
	9.584	14.451	13.917

b. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Juros - empréstimos	(1.422)	(816)	(2.299)
Variações cambiais e monetárias passivas	(2.561)	(2.554)	(4.173)
Juros - debêntures	(11.634)	(22.335)	(13.438)
Comissões e tarifas bancárias	(277)	(270)	(684)
IOF	(12)	(23)	(31)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(5.062)	-	(4.869)
Outras	(1.282)	(1.280)	(2.479)
	(22.250)	(27.278)	(27.973)

32 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

a. Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

b. Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

c. Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	81.948	100.566	223.598	203.630	(16)	(7)	305.530	304.189
(-) Custos	(41.541)	(82.252)	(74.491)	(76.391)	-	-	(116.032)	(158.643)
(-) Despesas	(42.484)	(71.865)	(72.523)	(69.845)	(1.275)	(6.091)	(116.282)	(147.801)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(4.915)	(3.175)	(3.884)	904	-	(3)	(8.799)	(2.274)
(-) Depreciação e amortização	(53.060)	(58.222)	(74.075)	(68.462)	-	-	(127.135)	(126.684)
(+) Outras receitas	858	4.957	662	1.867	75	15	1.595	6.839
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	9.434	-	-	-	9.434	-
(-) Reversão estimadas por valor não recuperável e valor justo	-	(1.838)	-	(201)	-	-	-	(2.039)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(59.194)	(111.829)	8.721	(8.498)	(1.216)	(6.086)	(51.689)	(126.413)
Receita financeira	5.075	7.513	4.415	6.804	94	134	9.584	14.451
Despesa financeira	(11.129)	(13.722)	(10.651)	(13.144)	(470)	(412)	(22.250)	(27.278)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(65.248)	(118.038)	2.485	(14.838)	(1.592)	(6.364)	(64.355)	(139.240)
(-) IRPJ/CSLL	15.449	37.530	3.550	4.718	376	2.023	19.375	44.271
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(49.799)	(80.508)	6.035	(10.120)	(1.216)	(4.341)	(44.980)	(94.969)

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019*

	Construção	Rental	Outros(*)	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Receita líquida	81.948	357.533	(16)	439.465
(-) Custos	(41.541)	(113.509)	-	(155.050)
(-) Despesas	(42.484)	(110.680)	(1.275)	(154.439)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(4.915)	(6.559)	-	(11.474)
(-) Depreciação e amortização	(53.060)	(109.185)	-	(162.245)
(+) Outras receitas	858	(179)	75	754
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(59.194)	17.421	(1.216)	(42.989)
Receita financeira	5.075	8.749	94	13.918
Despesa financeira	(11.129)	(16.374)	(470)	(27.973)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(65.248)	9.796	(1.592)	(57.044)
(-) IRPJ/CSLL	15.449	(3.761)	376	12.064
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(49.799)	6.035	(1.216)	(44.980)

d. Ativo por segmento de negócio

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imobilizado								
Custo de aquisição	458.877	495.431	718.522	664.852	-	-	1.177.399	1.160.283
(-) Depreciação acumulada	(308.260)	(304.775)	(471.348)	(388.064)	-	-	(779.608)	(692.839)
	150.617	190.656	247.174	276.788	-	-	397.791	467.444
Outros ativos	214.391	176.095	674.178	339.779	26.452	31.330	915.020	547.204
Ativo total	<u>365.008</u>	<u>366.751</u>	<u>921.352</u>	<u>616.567</u>	<u>26.642</u>	<u>31.330</u>	<u>1.312.812</u>	<u>1.014.648</u>
	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>	
Imobilizado								
Custo de aquisição		458.877		1.197.367		-		1.656.244
(-) Depreciação acumulada		(308.260)		(771.412)		-		(1.079.672)
		150.617		425.955		-		576.572
Outros ativos		214.391		558.481		26.452		799.323
Ativo total		<u>365.008</u>		<u>984.436</u>		<u>26.452</u>		<u>1.375.895</u>

(*) Trata-se de operações remanescentes da antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos.

33 Instrumentos financeiros

33.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	1	73.656	60.635	124.910
Swap	Valor justo por meio de resultado	1	-	-	43
Investimento Rohr	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	50.579	54.451	50.579
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	68.005	56.491	116.816
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.451	-	-
Depósitos bancários vinculados	Custo amortizado	-	-	88.810	-
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	2.545	5.712	10.215
Debêntures	Custo amortizado	-	56.367	175.473	81.343
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	16.389	15.703	26.683
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.893	-	-
Planos de opções de ações	Custo amortizado	-	56.357	52.162	56.357

33.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- **Nível 3** - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a. Valor justo do caixa e equivalente de caixa

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do Investimento Rohr

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 50.579 (R\$ 54.451 em 31 de dezembro de 2018), conforme apresentado na nota explicativa 13. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

33.3 Instrumento financeiro ao custo amortizado

a. Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

b. Debêntures

Dívida	Indicador	Valor contábil Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	24.976	-
2ª emissão de debêntures:			
2ª Série	IPCA	56.428	108.627
3ª emissão de debêntures	CDI	-	67.062
	Total	81.403	175.689

33.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

							Consolidado
							31/12/2019
	Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigaçã (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo swap
Banco do Brasil	8.678	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	5.885	(5.842)	43

34 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Natureza	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Riscos operacionais	1.339.943	1.365.824	2.219.677
Danos patrimoniais	480.642	523.266	613.678
Responsabilidade civil	110.000	110.500	110.500

35 Eventos subsequentes

- (a) Em 29 de agosto de 2019, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação da redução de capital da Solaris Equipamentos e Serviços S.A, subsidiária da Companhia, até R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a participação da Companhia no capital social da Solaris, com restituição mediante a entrega de ativos a Mills, nos termos do caput do art.173 da Lei das S.A.

Dessa forma, em 30 de janeiro de 2020, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Serra (ES), no valor de R\$ 2.347, passando o capital social dos atuais R\$ 238.844 para R\$ 236.497

- (b) O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão.

A Emissão será composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando, portanto, R\$ 100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais serão ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, após um ano de carência, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

- (c) A Solaris Equipamentos e Serviços S.A., controlada da Companhia, comunicou aos Debenturistas da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e não Conversíveis em Ações, em 5 de março de 2020, nos termos do disposto na Cláusula 4.10.1.2 da Escritura Particular de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da Espécie Quirografária, com Garantia Real adicional, que promoverá em 20 de abril de 2020 o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Série única em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures de série única em circulação, acrescido da Remuneração aplicável e Prêmio de 0,50% conforme clausula 4.10.1.2 do 2º Aditamento à Escritura de Emissão., conforme o caso, com pagamento de prêmio, calculados com base nos termos da referida Escritura

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 no qual destaca a importância de as Companhias Abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 (“Coronavírus”) em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. A Administração da Companhia tem acompanhando atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e sua controlada, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do COVID-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2019.

Rio de Janeiro 18 de março de 2020.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2019.

Rio de Janeiro 18 de março de 2020.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF N.º 27.093.558/0001-15
NIRE 33.3.0028974-7
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2020.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 18 de março de 2020, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e com base nos exames efetuados e no parecer, sem quaisquer ressalvas, dos Auditores Independentes relativo a tais Demonstrações Financeiras, emitido em 18 de março de 2020, e, ainda, as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia ao longo do exercício, os membros do presente órgão decidiram, por unanimidade, opinar favoravelmente acerca dos documentos referentes ao exercício de 2019, mencionados anteriormente, sem qualquer ressalva ou restrição, indicando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para os devidos fins de direito.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020.

Membros do Conselho Fiscal:

Rubens Branco da Silva

Rodrigo Fagundes Rangel

Peter Edward Cortes Mardsen
Wilson